



**RESIDÊNCIA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)  
HABITAT, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE  
ECOSSISTÊMICA: INTEGRANDO PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**

Brasília, 2022

Liza Maria Souza de Andrade | Ricardo Toledo Neder  
Simone Parrela Tostes | Livia Barros Wiesinieski  
Ana Luiza Aureliano | Valmor Cerqueira Pazos (Orgs.)

**RESIDÊNCIA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)**  
HABITAT, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE  
ECOSSISTÊMICA: INTEGRANDO PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Este livro é patrocinado por:

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) [livro eletrônico] : habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica : integrando pós-graduação e extensão / organização Liza Maria Souza de Andrade...[et al.]. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.  
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Ricardo Toledo Neder, Simone Parrela Tostes, Livia Barros Wiesinieski, Ana Luiza Aureliano, Valmor Cerqueira Pazos.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84854-07-9

1. Arquitetura - Aspectos sociais 2. Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social 3. Assistência Técnica Participativa Descentralizada (ATPD) 4. Ciência 5. Desenvolvimento territorial 6. Desenvolvimento urbano sustentável 7. Educação superior 8. Sociedade 9. Tecnologia I. Andrade, Liza Maria Souza de. II. Neder, Ricardo Toledo. III. Tostes, Simone Parrela. IV. Wiesinieski, Livia Barros. V. Aureliano, Ana Luiza. VI. Pazos, Valmor Cerqueira.

22-125455

CDD-711.1307

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciência, Tecnologia e Sociedade : Arquitetura e urbanismo : Residência multiprofissional  
711.1307

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Realização:



Apoio:



Grupos de pesquisa e núcleos da UnB envolvidos:



Parceiros externos à UnB:





**RESIDÊNCIA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)**  
HABITAT, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE  
ECOSSISTÊMICA: INTEGRANDO PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

Liza Maria Souza de Andrade | Ricardo Toledo Neder  
Simone Parrela Tostes | Livia Barros Wiesinieski  
Ana Luiza Aureliano | Valmor Cerqueira Pazos (Orgs.)

BRASÍLIA-DF

2022

# APRESENTAÇÃO

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**Reitora:** Márcia Abrahão Moura  
**Vice Reitor:** Henrique Huelva  
**Decana de Pesquisa e Inovação:** Maria Emília Machado Telles Walter  
**Decano de Pós-Graduação:** Lucio Remuzat Rennó Junior

## FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

**Diretor da FAU:** Marcos Thadeu Queiroz Magalhães  
**Vice-Diretoria da FAU:** Cláudia da Conceição Garcia  
**Coordenador de Pós-Graduação:** Caio Frederico e Silva

**Coordenação de Produção:** Valmor Cerqueira Pazos

**Diagramação:** Ana Luiza Aureliano Silva  
João Lima Farias

**Revisão:** Lucas Correia Aguiar  
Tainá Pereira

**Conselho editorial:** Abner Luis Calixter  
Ana Carolina Cordeiro Correia Lima  
Caio Frederico e Silva  
Ederson Oliveira Teixeira  
Humberto Salazar Amorim Varum  
Marta Adriana Bustos Romero  
Tiago Montenegro Góes  
Daniel Richard Sant'Ana  
Leonardo da Silveira Pirillo Inojosa

**Organização:** Liza Maria Souza de Andrade  
Ricardo Toledo Neder  
Simone Parrela Tostes  
Livia Barros Wiesinieski  
Ana Luiza Aureliano  
Valmor Cerqueira Pazos

Este livro tem como objetivo apresentar os fundamentos e a base do curso multiprofissional em CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade na modalidade Residência (Pós-Graduação *Lato Sensu* + Extensão), caracterizado por uma prática pedagógica e de planejamento educacional do tipo PEX – pesquisa associada com ensino e integrada com extensão. A proposta articula social e territorialmente três temáticas interdisciplinares: *Habitat* (Habitação, Arquitetura, Urbanismo, Ambiente no Campo e na Cidade); Agroecologia (Soberania Alimentar, Agricultura Familiar, Integração Campo e Cidade); Saúde (Vigilância Epidemiológica, Saúde Coletiva, Saúde da Família, Saneamento, Ecosaneamento e Infraestrutura Ecológica) e uma quarta temática transdisciplinar: Trabalho Associado (Economia Solidária, Formação e Educação, Ocupação, Renda e Tecnociência Solidária). Os conteúdos dos capítulos foram desenvolvidos na disciplina de Estudos Especiais em Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB), ofertada em 2021, integrada ao Curso de Extensão Fundamentos em Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) – *Habitat*, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica, uma parceria do Núcleo de Política de Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPCTS/CEAM/UnB) e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU), da Faculdade de Planaltina (FUP), da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária (FAV) e CDS/UnB, do curso de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE), da Faculdade de Educação (FE) e do Instituto de Humanas (IH).

Iniciou-se, assim, o processo de construção da Residência Multiprofissional CTS para formar uma base epistemológica transdisciplinar em Tecnociência Solidária, inserindo a Extensão Universitária na Pós-Graduação, integrando 15 mestrandos e doutorandos a mais de 50 pessoas oriundas de movimentos sociais, coletivos, entidades profissionais, técnicos de governo, pesquisadores e professores de outras instituições bem como estudantes da graduação. Os estudantes foram organizados em grupos de trabalho nos encontros on-line pela plataforma Teams, por meio da qual foram debatidas as seguintes temáticas: i) tecnociência solidária, adequação sociotécnica e economia solidária; ii) educação freiriana e trabalho; iii) conexões territoriais, lutas sociais e redes de solidariedade; iv) adequação sociotécnica para a produção do *habitat*: padrões espaciais no campo e na cidade; v) adequação sociotécnica para a agroecologia e agroubania; e vi) saúde ecosistêmica,

saneamento e governança, que compõem os conteúdos dos capítulos deste livro.

No capítulo introdutório, encontra-se de forma detalhada como se deu o processo metodológico de estruturação do curso, dividido em duas partes: 1) fundamentos teórico-metodológicos com base na Tecnociência Solidária, formas de Assistência Técnica, e a Extensão Universitária; e 2) proposta político-pedagógica do curso, incluindo as temáticas, os territórios do entorno do DF que serão trabalhados no curso, a matriz curricular e o funcionamento geral. Por fim, discutem-se os resultados esperados e os desdobramentos já em curso.

A essência da Residência consiste em unir Pós-Graduação e Extensão em um caráter trans-multi-interdisciplinar com a visão de política pública universitária (oposta à da filantropia privada ou oficial) com oferta de vagas para 35 agentes técnicos trans-multi-disciplinares (gestores, arquitetos urbanistas, advogados, economistas, sociólogos, assistentes sociais, técnicos e engenheiros, agentes comunitários de saúde), dos quais 28 receberão bolsa, e 14 agentes territoriais (2 agentes de cada um dos 7 territórios do DF e entorno) aptos a atuarem como multiplicadores de iniciativas comunitárias, a prestar assessoria sociotécnica a entidades locais e a articular recursos, pessoas, entidades, ferramentas e táticas territoriais em sete territórios do entorno do DF em prol do protagonismo de sujeitos e grupos em seus territórios cotidianos.

O Curso *Lato Sensu* e o Programa de Extensão Residência Multiprofissional CTS – *Habitat*, Agroecologia, Saúde Ecosistêmica e Saúde Solidária (vinculado ao PPG-FAU/UnB e ao Decanato de Extensão – DEX/UnB) estão sendo patrocinados pelo **Edital de ATHIS de 2021 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR<sup>1</sup>) e com recurso de Emenda Parlamentar da Deputada Erika Kokay, direcionada para o pagamento de bolsas.**

Conta-se, também, com apoio de pesquisas e práticas extensionistas realizadas pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes no âmbito do projeto “A produção do *Habitat* no território do DF e entorno: os ecossistemas urbanos e rurais e a assessoria sociotécnica”, coordenado pela professora Liza Andrade, com imagens de *drone* produzidas pelo engenheiro Valmor Pazos Filho, bem como com projeto “Cooperativismo de Plataforma Digital (protótipo para sete territórios do DF), mapeamento de atores, agenciamentos e adequação sociotécnica em territórios rurais e urbanos de produção dos circuitos populares da economia – uma abordagem CTS”, coordenado pelo professor Ricardo Neder. Ambos os projetos são financiados pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do

Distrito Federal (FAP-DF).

Recebeu-se apoio das pesquisas e experiências do Núcleo de Agroecologia da UnB, coordenado pela professora Flaviane Canavesi, do projeto Ecoplanetário, coordenado pela professora Aldira Dominguez, e do projeto Vida e Água nas ARIS, coordenado pelo professor Perci Coelho.

Segue abaixo a lista dos módulos com os respectivos professores-coordenadores de módulo e tutores doutorandos do PPG/FAU/UnB do Curso de Extensão Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) – *Habitat*, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica.

**-Tecnociência solidária, adequação sociotécnica e economia solidária**

- Professor Dr. Ricardo Toledo Neder - FUP/UnB; Tutora - Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski;

**-Educação freiriana e trabalho** - Professora Dra. Raquel de Almeida Moraes - FE/UnB; Tutora - Ana Luiza Aureliano Silva;

**-Conexões territoriais, lutas sociais e redes de solidariedade** - Professor Dr. Perci Coelho de Souza - IH/UnB; Tutora - Letícia Miguel Teixeira;

**-Adequação sociotécnica para a produção do *habitat*: padrões espaciais no campo e na cidade** - Professora Dra. Liza Maria Souza de Andrade - FAU/UnB; Tutora - Juliette Anna Fanny Lenoir;

**-Adequação sociotécnica para a agroecologia e agourbania** - Professora Dra. Flaviane Canavesi - FAV/UnB; Tutora - Natália da Silva Lemos;

**-Saúde ecosistêmica, saneamento e governança** - Professora Dra. Aldira Guimarães Duarte Dominguez - FCE/UnB; Tutor - Diogo Isao Santos Sakai; e

**-Apoio Técnico** - Valmor Cerqueira Pazos - FAU/UnB - mestrando FE/UnB.

<sup>1</sup><https://www.caubr.gov.br/athis-edital/>

O curso conta com a parceria da Nucleação da Residência AU+E UFBA/UnB, da Rede BrCidades, da Rede Moradia-Assessoria, do MST, do MTST, da Fiocruz, da Oca do Sol e das seguintes associações nos territórios:

- Associação das Mulheres Poderosas de Santa Luzia – Cidade Estrutural/DF;
- Associação dos Moradores de Santa Luzia – Cidade Estrutural/DF;
- Associação dos Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang – ARIS Dorothy Stang – Sobradinho/DF;
- Casa da Natureza no Sol Nascente – ARIS Sol Nascente – Ceilândia/DF
- ASPRAFES – Associação dos Produtores Rurais e Agricultores FA – Assentamento Rural Pequeno William – MST – Planaltina/DF;
- APRACOA – Associação dos Produtores Rurais e Artesanais do Assentamento Oziel III – Pipiripau – Planaltina/DF;
- COOPERCARAJÁS – Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica Carajás – Brasília/DF;
- Associação Renovadora do Quilombo Mesquita – Quilombo Mesquita – Cidade Ocidental/GO; e
- Preserva Serrinha – Associação REDE de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá – Paranoá/DF.
- Coordenação Nacional do MTST (com atuação em Nova Planaltina - DF) e Coletivo Negro Raiz

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

Liza Maria Souza de Andrade, Ricardo Toledo Neder, Simone Parrela Tostes, Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieksi. \_\_\_\_\_12

### ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ricardo Toledo Neder, Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieksi, Emilene Eustachio, Iasmin de Sousa Jaime, Simone Parrela Tostes, Rafael Reis. \_\_\_\_\_53

### EDUCAÇÃO FREIRIANA E CULTURA DO TRABALHO

Raquel de Almeida Moraes, Ana Luiza Aureliano Silva, Laiane Tavares de Rezende, Antonio Carlos de Mello Rosa, Yasmim Whitney Moura Benjamin, Valmor Cerqueira Pazos. \_\_\_\_\_109

### CONEXÕES TERRITORIAIS, LUTAS SOCIAIS E REDES DE SOLIDARIEDADE

Perci Coelho de Souza, Letícia Miguel Teixeira, Cinthia Mariane Nolaço de Oliveira, Clarissa Saporì Avelar, Gabriel Ribeiro Couto, Geraldo Fábio Alves de Souza, Juliana Leal Santana, Kamila Dos Santos Pita, Sarah Lima Cirino. \_\_\_\_\_149

### ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA PARA A PRODUÇÃO DO HABITAT NO CAMPO E NA CIDADE

Liza Maria Souza de Andrade, Juliette Anna Fanny Lenoir, Bárbara Helena da Silva Montalva, Camila Pithon Raynal, Cláudia Evie Akijama Goddard, Gustavina Alves da Silva, Ivan Lazaro de Oliveira Rocha, Juliana Furlanetto Pereira, Lélío Marcus Munhoz Kolhy, Lucas Mincaroni Neto Radatz, Luiz Souza Neto, Marina da Silva Ribeiro, Tamiris de Oliveira Machado. \_\_\_\_\_209

### ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA PARA A AGROECOLOGIA E AGROURBANIA

Flaviane de Carvalho Canavesi, Natalia da Silva Lemos, Acácio Machado Alves, Alcyjara Andreia Cruz de Lacerda, Antônio de Almeida Nobre Júnior, Camila Bezerra Nobre de Medeiros, Maria Consolación Udry, Letícia Lara do Carmo, Louise Marie Coelho Guerard, Nayane Karoline França da Fonseca, Thaís Tavares Beserra, Valmor Cerqueira Pazos. \_\_\_\_\_259

### SAÚDE ECOSISTÊMICA, SANEAMENTO E GOVERNANÇA

Aldira Guimaraes Duarte Dominguez, Diogo Isao Santos Sakai, Alba Evangelista Ramos, Camila Dias de Aragão, Erivan de Jesus Santos Junior, Gleice Kelly Campelo Barbosa (*in memoriam*), Hisa Dutra Alves, Julia Maria de Oliveira Compan, Plácido Lima Ferreira Sobrinho, Satyam Bömer Dienstmann, Vinicius Araujo Gonçalves. \_\_\_\_\_283

Adequação Sociotécnica e  
Economia Solidária



Capítulo 01

Autores:

Ricardo Toledo Neder | Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieksi | Emilene Eustachio  
lasmin de Sousa Jaime | Simone Parrela Tostes | Rafael Reis



# ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ricardo Toledo Neder<sup>1</sup>

Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieks<sup>2</sup>

Emilene Eustachio<sup>3</sup>

Iasmin de Sousa Jaime<sup>4</sup>

Simone Parrela Tostes<sup>5</sup>

Rafael Reis<sup>6</sup>

**RESUMO:** Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a economia solidária a partir do arcabouço teórico e do histórico das políticas públicas voltadas para o fomento e inclusão dos trabalhadores informais. Esse grupo de trabalhadores teve seu contexto socioeconômico afetado pela pandemia de covid-19 e pela falta de apoio e de políticas públicas eficientes do Governo Federal. Este capítulo está organizado como a seguir: Introdução; seção 1 apresenta um quadro compreensivo da política pública para economia solidária no Brasil (período 2004-2016), e seção 2 apresenta o quadro do movimento pela economia solidária no Brasil (1990-2017). A seção 3, denominada "Visão analítica sobre as relações entre tecnociência solidária e economia solidária: questões estruturantes", apresenta uma proposta de consolidação analítica da compreensão sobre como opera a economia solidária em relação à metodologia de pesquisa-extensão e ensino para adequação sociotécnica no contexto da economia popular no Brasil e suas relações de subordinação ao Estado e ao setor formal das empresas capitalistas. Na seção 4 é apresentado um glossário de termos e conceitos práticos, úteis para ensino e aprendizagem na Residência CTS. No final, há duas seções bibliográficas, uma de referências utilizadas neste trabalho, e outra, intitulada "Pequena biblioteca de autogestão, economia solidária e tecnociência solidária".

## TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA: PARA QUEM E PARA QUÊ?

Ricardo T. Neder

Nada é tão simples e linear quando se trata da produção de conhecimento diante da heterogeneidade cultural e antropológica, linguística, política e econômico-sociológica da América Latina. Dado que ciência e tecnologia já se encontram associados na tecnociência das corporações capitalistas, estamos diante de uma constatação e de uma provocação ao invocar a dimensão solidária da tecnociência para nossos países latino-americanos.

**Constatação**, pois falar em tecnociência exige uma interpretação da área de estudos e pesquisas reunidos numa vasta literatura especializada que atende pelo nome de "visão socioconstrutivista das ciências e das tecnologias nas sociedades contemporâneas (ocidentais e orientais)". Ela se opõe ao modelo de interpretação da(s) ciência(s) e da(s) tecnologia(s) como fenômenos enclausurados em centros de poder econômico, e seus laboratórios, centros de pesquisas, universidades e demais locais onde há predomínio de pessoal graduado, mestres e doutores que atuam como ideólogos em ato mediante o domínio da técnica.

Em seu lugar, nos últimos 40 anos, prosperou outra visão sobre o modo de fazer científico-tecnológico como resultado de processos complexos que atravessam as sociedades de cabo-a-rabo unindo razão (das áreas científicas e tecnológicas) e as experiências<sup>7</sup> sob pressão de demandas sociais e humanísticas, ecológicas e de sustentabilidade social e cultural.

Conhecida como Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT), essa visão foi fundamental para desvendar relações pouco comuns ou insuspeitas entre a produção científica, os cientistas e tecnólogos e os interesses velados que permeiam suas práticas no dia a dia da sociedade. Temos, portanto, necessidade de uma teoria crítica da tecnologia capaz de colocar em marcha outra racionalização democrática<sup>8</sup>.

**Provocação**, por outro lado, pois falar em tecnociência solidária é buscar a superação de seu caráter empresarial corporativo enquanto conjunto das ciências e tecnologias comprometidas exclusivamente com as novas formas de extração de lucros da natureza e das sociedades.

<sup>7</sup>Ver, a propósito, FEENBERG, Andrew (2009) **Entre a razão e a experiência – Ensaio sobre tecnologia e modernidade**. Prefácio Brian Wayne – Pós-fácio Michel Callon – Tradução, ensaios e notas adicionais Eduardo Beira com Cristiano Cruz e Ricardo Neder. Lisboa: inovatec / MIT-Portugal. (363 págs).

<sup>8</sup>Ver, a propósito, NEDER, R. T. (org) [2013] – *A teoria crítica de Andrew Feenberg. Racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília. OBMTS/CAPEs.

A noção de tecnociência solidária – desenvolvida pelo pesquisador latino-americano Renato Dagnino<sup>9</sup> – é aqui utilizada como uma das bases teóricas do projeto de pesquisa e extensão na pós-graduação denominada Residência CTS – *habitat*, agroecologia, trabalho e saúde ecossistêmica. A tecnociência solidária é definida formalmente como a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores que age sobre o seu processo de trabalho.

Ponto chave, pois, ao agir assim, esse coletivo está buscando alterar o contexto socioeconômico desfavorável que o cerca. A principal (mas não a única) condição desfavorável é esse coletivo buscar acesso aos **meios de produção** (insumos, crédito, máquinas e equipamentos, conhecimento de mercados, fomento etc.).

O coletivo apresenta também uma vontade de formar um acordo social que legitima seu associativismo ou cooperativismo. Ao realizar aos poucos as condições acima, altera o ambiente produtivo que o cerca; passa a ser orientado por dois vetores: a cooperação voluntária e participativa, e pelas condições de controle autogestionário (de quem faz o quê, por quanto tempo, ganhando x ou y).

A soma desses dois vetores provoca a modificação no produto gerado "cujo ganho material pode ser (assim) apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário)"<sup>10</sup>. Trata-se de uma provocação intelectual de milhares de pesquisadores/as na América Latina para apoiar soluções cognitivas próprias das nossas sociedades; soluções que se expressam por meio da base tecnocientífica, capazes de viabilizar políticas sociais para inclusão socioprodutiva em larga escala.

Esse é um movimento pela política científica e tecnológica na América Latina baseado na formulação dos Estudos CTS que envolvem a noção de tecnociência solidária. Os resultados serão importantes para promover conexões metodológicas transdisciplinares no âmbito de assessorias técnicas da futura residência multiprofissional, em processo de construção.

<sup>9</sup>DAGNINO, Renato. (2019) **Tecnociência Solidária – uma manual estratégico**. Marília/SP: Ed. Lutas Anticapital.

<sup>10</sup>O p. cit. DAGNINO, 2019, p. 18.

## INTRODUÇÃO

### Os setores populares da economia sob o capitalismo no Brasil



Figura 2 – Homem com carteira de trabalho em mãos.  
Fonte: Ação da cidadania (2021).

Todos compartilham certa percepção crítica, até mesmo intuitiva, sobre o fato de termos no Brasil grandes contingentes das classes trabalhadoras (cerca de 80 a 90 milhões de pessoas, a valer pelos dados sobre os que foram obrigados a recorrer aos auxílios durante parte da pandemia, de 2020 a 2021) sem que possam ser contratadas (com carteira assinada ou não) pelos segmentos tipicamente capitalistas da economia ou pelo setor público.

Muitos, no senso comum, constatarem esse fato, mas não entendem esse cenário; como pode uma economia, dita capitalista, funcionar com grandes empresas e megaorganizações, com um Estado bem estruturado, subsistir com tamanha e crônica

desigualdade econômica e social que afeta a vida de milhões de pessoas em idade de trabalhar por meio da **negação ao trabalho digno** ao longo de quase toda sua vida?

Quando se trata de projetos e programas de extensão sociotécnica dirigidos para esses segmentos populares da economia, lidamos com grupos, indivíduos, organizações e entidades que vivem em meio a essas incertezas estruturais.

Ao nos relacionarmos com esses segmentos em parceria interdisciplinar com colegas de diversas áreas – Arquitetura e Urbanismo, Educação Popular Tecnológica, Agroecologia, Ciências Naturais, Gestão Ambiental e Gestão de Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia, saúde, moradia, saneamento, alimentação, educação entre outras –, não há como deixar a questão da estrutura ocupacional, de emprego e regime salarial de lado. As duas dimensões (a dos projetos interdisciplinares e a da estrutura do desemprego) acabam se articulando.

Por isso, torna-se necessário identificar como é possível articular suas demandas por soluções de emprego, ocupação e renda que recaem sobre a universidade e a administração pública, muitas vezes sob hostilidade do setor empresarial privado.

Para entender o paradoxo acima, trata-se de superar mal-entendidos do senso comum e das resistências para vencer desconfianças do setor privado (e de gestores públicos afetos a usar o poder de compra do Estado apenas com empresas do setor formal).

É fundamental insistir no fato de que empreendimentos sociais e solidários (EES) são ambientes de incubação para futuras cooperativas e associações que poderão enriquecer o tecido econômico como um todo.

Ações em matéria de microcrédito, assistência sociotécnica, assessoria tecnológica, jurídica, comercial e econômica, assim como experiências de criação comunitária de Fundos Rotativos Solidários, envolvem fortes esquemas de autofinanciamento popular, doações e fomento de entidades públicas além de dotações dos fundos públicos.

De quem estamos falando? A seguir, no Quadro 3, apresentamos uma classificação do perfil da força de trabalho no Brasil que se encontra na condição de integrantes dos setores populares da economia.

### QUADRO 3 - Perfis do Pessoal Ocupado e Subocupado da Economia Popular no Brasil

1. Grupos típicos dos segmentos por conta própria	<p>1.1. <b>Trabalhadores/as por conta própria</b> - Correspondem a unidades de produção econômicas informais por trabalhadores por conta própria sem estabelecimento, e com experiências diversas de qualificação e escolaridade (autônomos vendedores ambulantes, prestadores de serviços em 480 ocupações populares; (parte substancial algo em torno de 70%) deste segmento não são microempreendedores individuais (MEI)<sup>11</sup>.</p>
	<p>1.2. <b>Trabalhadores/as por conta própria e microempresas subordinadas a média e grande empresa</b> - Correspondem a unidades formais ou informais de produção com trabalhadores com ou sem contrato de trabalho em micro ou pequenas empresas com fortes laços de dependência a média e grande empresas industriais, comerciais e de serviços ("terceirizadas" e subcontratadas). De acordo com a pesquisa, o Brasil tinha, em 2015, 51,7 milhões de empregados, sendo 9,8 milhões de terceirizados. Antes de a lei de terceirização ser aprovada e sancionada em 2016, o que valia no Brasil era a jurisprudência do TSE (Tribunal Superior do Trabalho), que proibia terceirizar a atividade-fim da empresa (um banco, por exemplo, não poderia terceirizar os atendentes do caixa. Agora isto se converteu em prática legalizada. A nova legislação permite a terceirização irrestrita. As regiões com maior incidência desse tipo de relação trabalhista eram Nordeste e Norte, com 22,7% e 22,4% respectivamente. Já o sul do País era a região com o menor número de terceirizados, proporcionalmente: 16%<sup>12</sup>.</p>
	<p>1.3. <b>Trabalhadores por conta própria profissionais autônomos e "liberais"</b> - Unidades formais/informais de produção com trabalhadores por conta própria com profissionais com e sem estabelecimento, beneficiados pela legislação como "profissionais autônomos" (em geral todas os profissionais regulamentados no âmbito de cuidados da saúde e medicina, engenharias, advocacia, serviços técnicos especializados; trabalho autônomo é toda atividade exercida por profissionais de forma dita "liberal"), mas presta serviços para empresas ou pessoas por um tempo específico, sem vínculo empregatício. Eles são favorecidos por questões tributárias e pela facilidade de conseguir trabalhos no mercado digital. Trata-se de segmento regulamentado pela Receita Federal no Brasil. Trabalhadores/as que estão sob as modalidades anteriores, classificados oficialmente como MEI – microempreendedores individuais com CNPJ. O microempreendedor só pode ser uma pessoa jurídica. Deve ter um máximo de nove funcionários (comércio e serviços) ou de 19 funcionários (indústria e construção civil); a renda do microempreendedor deve se limitar a R\$ 240.000,00 anuais; tributação: ele deve pagar IRPJ, ICMS, COFINS, PIS, CSLL, IPI etc. e demais impostos relacionados às suas atividades, à declaração de sua renda e aos compromissos com a previdência (sua e dos funcionários); pode pagar boa parte desses tributos de forma simplificada optando pelo Simples Nacional<sup>13</sup>.</p>

2. Grupos ligados a unidades de reprodução familiar	<p><b>2.1 Unidades com trabalhadores familiares auxiliares de cuidados</b> - atividades produtivas informais organizadas por trabalhadores/as individuais sob trabalho familiar cooperado direcionadas para produção do próprio consumo para reprodução da força de trabalho (esposa, marido, filhos, agregados tratados nos dados oficiais do IBGE como trabalhadores familiares auxiliares, "aquelas pessoas que trabalham em ajuda a um morador do domicílio ou a parente, sem receber pagamento" cf<sup>14</sup>.</p> <p><b>2.2. Trabalhadora/es domésticos</b> - são unidades econômicas familiares de base que empregam com ou sem contrato trabalhadores/as para prestação de serviços domésticos. É um dado constatado por todas as estatísticas que se trata de um segmento no qual a permanência histórica do trabalho doméstico está associada ao emprego feminino e negro. Este dado é ilustrado pelos indicadores de participação de gênero e de raça na categoria. Em 2018, havia no país 6,23 milhões de pessoas ocupadas na atividade, segundo dados da PNAD<sup>15</sup>. Desse total, apenas 457 mil eram homens e 5,77 milhões eram mulheres, ou seja, as mulheres correspondiam a 92,7% da categoria. Do total de trabalhadoras, 3,75 milhões eram negras e 2,018 milhões não negras. As mulheres negras, portanto, representavam 65,0% do contingente de domésticas no país<sup>16</sup>.</p>
	<p><b>3.1. Nichos de produção</b> - Unidades formais/informais com trabalhadores/as com ou sem estabelecimentos vinculados aos circuitos mercantis mediante unidades produtivas em espaços econômicos não explorados pela grande empresa, e com relativo grau de independência da competição entre empresas capitalistas embora seja por elas convertidas em fonte de lucros após comprovada sua viabilidade de produção em escala (cervejarias artesanais, produção de alimentos orgânicos, microempresas de tecnologia de informação e comunicação)</p> <p><b>3.2. Novas atividades potencializadas com a evolução 4.0.</b> - Parte de um aglomerado de novas atividades ditas "economia criativa", mas que já existiam antes da revolução microeletrônica 4.0 envolvendo Arquitetura, Artes visuais, Cinema, Televisão, Publicidade e outras mídias; Design, Games, Editoração, Música, Moda, Comunicação. Com a revolução microeletrônica, esse segmento se torna um grande celeiro de criação para trabalhadores/as informais em geral<sup>17</sup>.</p>

Quadro 3 – Perfis do Pessoal Ocupado e Subocupado da Economia Popular no Brasil. Fonte: Sistematizado pela equipe.

<sup>11</sup>Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/atividades-que-o-mei-pode-exercer,ea753fa67b2d610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 1º dez. 2021.

<sup>12</sup>Aspectos das relações de trabalho e sindicalização / IBGE, **Coordenação de Trabalho e Rendimento**. – Rio de Janeiro : IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100322>. pdf. Acesso em: 1º dez. 2021.

<sup>13</sup>Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/trabalho-autonomo/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>14</sup>Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>. Acesso em: 2 dez. 2021.

<sup>15</sup>Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>16</sup>Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>17</sup>Disponíveis em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia\\_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD) e [https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103\\_pt.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf). Acessos em: 05 dez. 2021.

Do ponto de vista da situação territorial, que nos interessa aqui de forma mais imediata, há grandes diferenças entre os segmentos populares da economia, se considerarmos o interior ou as regiões metropolitanas.

Vamos considerar a noção de força de trabalho na formalidade (isto é, ter contrato de trabalho, ou regime de contratação temporária regido por leis trabalhistas) e na informalidade (sem quaisquer benefícios) utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Do universo de pessoas que trabalham na informalidade, 62,4% estão no interior, ou seja, 20,8 milhões de trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado e trabalhadores domésticos), sem CNPJ e sem contribuição para a previdência oficial (empregadores e por conta própria) ou sem remuneração (auxiliam em trabalhos para a família).

No Brasil, 36% da população ocupada está em uma dessas condições de informalidade. A informalidade no interior é maior que nas regiões metropolitanas; isso só não acontece nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Quanto à proporção dessa população, o país tem 13 estados com pelo menos metade de seus trabalhadores do interior em condições informais.

Todos esses locais estão no Norte e Nordeste, sendo que o interior do Amazonas tem o maior percentual, com 71,7% de informais. Já o interior de Santa Catarina tem a menor taxa, com 19,4% de seus ocupados na informalidade.

O Amazonas também é o estado com a maior diferença de trabalhadores informais na comparação entre interior e região metropolitana, seguido por Sergipe, Ceará, Piauí, Bahia e Paraíba.

Além da desocupação e da informalidade no interior, os microdados da PNAD Contínua mostram o rendimento médio desses locais no primeiro trimestre de 2021. De acordo com a pesquisa, o rendimento mensal dos ocupados no interior equivale a menos da metade do recebido pelos trabalhadores das capitais de oito estados. A média do país é de R\$ 2.291.

No Espírito Santo, por exemplo, enquanto um trabalhador do interior recebia R\$ 1.725, um da capital ganhava R\$ 4.653, a maior diferença encontrada, de R\$ 2.928. Já Rondônia teve a menor diferença, de R\$ 514, onde o rendimento médio do interior foi de R\$ 1.736, contra R\$ 2.250 em Porto Velho.

Os menores ganhos mensais se concentraram no interior das regiões Norte e Nordeste, sendo o mais baixo no Amazonas, com rendimento médio de R\$ 1.016. As regiões de interior com os maiores rendimentos estão nos estados de São Paulo, Santa Catarina,

Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, todos acima de R\$ 2.000.

O Estado brasileiro tem historicamente agido contra a possibilidade de organizações autônomas emergirem em comunidades de baixa renda, sobretudo nas regiões interioranas, para atingirem a resolução de suas trocas econômicas como parte das relações comunitárias.

Essa resistência deve ser rapidamente situada para entendermos o que isso tem a ver com a composição da força de trabalho nas chamadas relações econômicas de mercado entre agentes capitalistas e setores não formais ou pré-capitalistas na formação social brasileira.

Sabemos pelos registros da história econômica que o surgimento das classes detentoras dos meios de produção no capitalismo desde o final do século XVIII deu lugar aos protagonistas de conflitos fundamentais (entre capitalistas, e entre estes e as classes trabalhadoras modernas) que até hoje persistem em vários países do centro hegemônico e das semiperiferias e periferias nas Américas.

Durante a formação do “sistema-mundo” capitalista (Wallerstein *et al.*, 1997/1998), os setores econômicos emergentes das classes burguesas mercantis e industriais lutavam entre si pelo controle do Estado para assegurar melhores vantagens nas relações econômicas com os mercados externos (acesso a mercados de matérias primas, mão de obra, vantagens cambiais, alfandegárias, isenções, tolerância diante da exploração da força de trabalho escrava no passado e de baixa renda ou trabalhadores informais hoje).

Passaram simultaneamente a travar relações de enfrentamento com as lutas populares de camponeses e trabalhadores. No Brasil, esse quadro, embora seja cronologicamente mais recente do que ocorreu no centro capitalista, é muito similar.

Tanto lá como cá, contudo, dá-se o mesmo processo de formação das relações centro-periferias entre os setores e grupos econômicos no país, detentores de acesso aos mercados mais ricos (externos, em geral, em contraposição ao mercado interno).

No Brasil, a partir dos anos 1930, houve conquistas importantes de legislações públicas de proteção e regulamentação de horas trabalhadas, salários, licenças, proibição do trabalho de crianças e adolescentes. Eles foram obtidos graças às pressões constantes de organizações das classes trabalhadoras urbanas e rurais nos setores, esses direitos têm sido consolidados de forma contraditória – primeiramente, nos segmentos mais ricos do sistema econômico.

Como mostram os dados acima do IBGE (e historicamente de forma concentrada a partir da modernização conservadora do pós-1964 e décadas de expansão da urbanização sem reformas urbanas entre os anos 1970-2000), parte considerável dos contingentes

trabalhadores com relações contratuais de trabalho se concentraram em regiões próximas aos municípios das capitais (zonas metropolitanas).

Embora os trabalhadores interioranos da economia estejam muito distantes das relações de trabalho formalizadas pela legislação, apresentam uma vantagem que é o fato estarem ainda muito próximos das relações comunitárias e familiares da (auto)organização regulada pelos princípios das relações de troca e reciprocidade dos setores populares da economia.

Tem adquirido força entre teóricos e atores políticos nas últimas três décadas no Brasil a visão de que é possível identificarmos laços de cooperação e organização em associações civis, seja como resistência planejada, seja como proteção social espontânea para a melhoria da qualidade de vida de populações pobres.

Esses processos ocorrem tanto nas regiões metropolitanas quanto nas regiões interioranas (a maioria, diga-se de passagem, pois, grosso modo, dos 5,8 mil municípios brasileiros, 91% são interioranos, e apenas 8% metropolitanos).

Levantamento recente, que cobre o período de 2018-2022 em 22 regiões metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia; além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina), utilizou, entre outras medidas, o coeficiente de Gini (mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um).

O estudo se baseou apenas na medição da desigualdade de renda do trabalho, seja formal ou informal, captou três estratificações das desigualdades sociais: os 40% mais pobres, os 10% mais ricos e 50% que são considerados níveis intermediários.

De acordo com o estudo, os 40% mais pobres perderam 32,1% da renda, os 50% intermediários perderam 5,6%, e os 10% mais ricos perderam 3,2%. Todas as regiões metropolitanas registraram perda de rendimentos para o estrato mais pobre, sendo as maiores perdas em Salvador (-57,4%), João Pessoa (-50,6%) e Rio de Janeiro (-47,6%). Já as menores, foram registradas em Natal (-8,6%), Curitiba (-9,8%) e Florianópolis (-14,4%). A região metropolitana de Porto Alegre, em comparação com as demais regiões do país, se encontra no nível intermediário<sup>18</sup>.

A partir dos anos 1990, movimentos sociais e populares, em pressão contra as formas ora de imobilismo, ora de repressão dos atores estatais, passaram a apoiar as

comunidades para que se auto-organizassem. Esse fomento foi decisivo para que elas se desenvolvessem em termos sociais e econômicos (CUNHA, 2012).

Os estudos sobre o quadro teórico e histórico no qual se inserem casos de intervenção do Estado em parceria com setores organizados da sociedade civil constata que é fundamental estimular a organização coletiva das parcelas mais pobres e menos organizadas da população, a fim de promover seu desenvolvimento.

Entre esses segmentos populares da economia, as trocas não são unicamente econômicas e extrapolam essa conotação economicista da relação de trabalho patrão-empregado. Em geral, estão permeados de subjetividade econômica porque envolvem reciprocidades (de gênero, vizinhança, idade, experiências, tipos de comércio e serviços baseadas em relações familiares) e compõem quase uma extensão do coletivo familiar.

Essas trocas demandam diferentes formas de assistência sociotécnica para superação das barreiras e dos grandes sacrifícios pessoais, familiares, coletivos e comunitários que os segmentos populares da economia enfrentam. Em sua luta para se auto-organizarem, esses segmentos (a maioria das classes trabalhadoras no campo e nas cidades) não têm acesso ao crédito e fomento técnico que o setor privado tipicamente capitalista domina de forma exclusiva.

Para que possamos fazer um exercício de como superar esses gargalos da assessoria sociotécnica (em diferentes cadeias de bens e serviços mantidos pelo labor e trabalho de aproximadamente 100 milhões de homens e mulheres que compõem os circuitos populares da economia), partimos do seguinte pressuposto: para alcançar escala (quantitativa) e abrangência (geográfica) do tamanho dessa PIA (população em idade ativa ou dos 14 aos 68 anos), devemos romper os limites e possibilidades de uma política pública de fomento ao cooperativismo.

O cooperativismo aplicado a vários segmentos e frações das classes trabalhadoras nos circuitos populares da economia (aqui entendidos como a face positiva da definição por exclusão do tipo informal ou não formal) é uma estratégia para o desenvolvimento da assessoria sociotécnica.

Ela tem por base duas abordagens principais: de um lado, há o campo das entidades assistencialistas que atuam mediante estímulos à participação dos cidadãos e sua organização com apoio de associações privadas no campo da assistência social religiosa ou laica; a partir dos anos 1990, esse segmento vem sendo renovado pela tentativa de profissionalização do pessoal envolvido na gestão desses recursos. Também é chamado de novo assistencialismo de fundações e institutos empresariais, no qual opera um tipo de fomento tecnicamente identificado com critérios, resultados, medidores e indicadores

<sup>18</sup>Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/24/desigualdade-nas-regioes-metropolitanas-do-pais-cresce-durante-a-pandemia>. Acesso em: 20 jan. 2022.

de eficácia e efetividade conhecidos como “metodologia do terceiro setor” (o principal interlocutor desse segmento é constituído por uma associação chamada GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, que reúne investidores sociais com fundos privados empresariais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas).

O novo assistencialismo é estruturado em torno de organizações sem fins lucrativos alimentado por investimento social privado. Esse perfil contrasta com o das entidades assistencialistas do campo religioso e laico no país, identificado com práticas de subsistência e ajuda por caridade. Ambas alimentam a visão de que o problema da pobreza deve ser objeto de ações para aliviar as pessoas dos efeitos das situações estruturais de miséria e pobreza (absoluta ou relativa), mas sem conduzir a uma transformação ou superação total das condições das quais decorrem a miséria e a pobreza.

A partir dos anos 1990/2000, em contraposição à representação dialógica entre o novo e o velho assistencialismo, surge a construção sociopolítica no campo das políticas públicas direcionadas para a “economia solidária”, cujas experiências coletivas de organização econômica passaram a representar um horizonte de possibilidades para grupos e coletividades de pessoas se associarem a fim de produzir e reproduzir meios de vida segundo relações de reciprocidade, igualdade e democracia (CUNHA, 2012).

Lechat (2002) aborda as origens da economia solidária; segundo pesquisas acadêmicas, suas raízes podem ser traçadas já no século XIX, no processo de reação dos trabalhadores frente às sucessivas crises capitalistas (disputas econômicas entre grandes setores protegidos por respectivos estados nacionais europeus ao longo de todo o século XIX).

Três momentos marcaram essa história: a fase pós-Independência de 1822, quando houve alterações no processo de regulação do trabalho, em que foi rompido completamente o manto protetor das corporações de ofício e artes (corporações comunitárias de abrangência até internacional) que mantinham controle dos segmentos mais qualificados de artesãos e mestres de ofícios às determinações sobre o emprego, ocupações, qualificações reguladas como um poder corporativo de produtores e seus trabalhadores.

No século XIX, vale recordar, esse poder corporativo-comunitário baseado na aliança entre produtores e trabalhadores foi sendo minado pela imposição de um padrão concorrencial. Os trabalhadores reagiram e criaram uma sociedade de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção.

De outro lado, um segundo momento destaca-se de 1873 até 1895, devido à crise da modernização e investimentos na agricultura e recursos naturais. Surgem as cooperativas agrícolas, de poupança, associações etc. Após a Segunda Guerra Mundial, apresentaram-se

propostas de recuperação ditas “Keynesianas”; nas quais era tônica dominante a formulação de políticas de fomento para geração de emprego e aumento da produtividade econômica mediante intervenção do Estado; daí, em contrapartida, surgiram as cooperativas de consumo e habitação.

Vale notar que no quadro europeu ainda é comum em vários países a existência regulamentada de um setor da economia geralmente formado por cooperativas e associações sem fins lucrativos denominado “*economie sociale*” (França/Bélgica/Países Baixos, Itália); *Gemmenich Oekonomie*, ou economia comunitária (Alemanha); ou, ainda, social *economy*/economia social (Inglaterra, Espanha, Portugal, Grécia).

Esses setores foram institucionalmente criados e fomentados sob o guarda-chuva do chamado Estado do Bem-Estar (*Welfare State*) desde o pós-Segunda Guerra Mundial, até o advento do neoliberalismo, em 1983. As experiências brasileiras de fortalecimento de políticas de fomento e coberturas para segmentos populares da economia têm marcas características próprias que não podem ser comparadas com as da Europa Ocidental e Estados Unidos da América. É o que as sessões a seguir procuram revelar.

## QUADRO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL (2004-2016)

A primeira política pública de governo em apoio à economia solidária surgiu em Porto Alegre/RS, em 1994, durante o governo de Olívio Dutra, que também foi pioneiro na implantação de uma política estadual no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1999.

Esse modelo foi a base de referência como experiência histórica que serviu de referencial na implantação de políticas semelhantes por outros governantes petistas antes de se converter numa política pública de caráter nacional no governo Lula (BITELMAN, 2008).

Por meio dos programas de economia solidária, o poder público passou a dar apoio para que os desempregados montassem seus pequenos negócios próprios ou cooperativas, para que, aos poucos, eles pudessem conquistar autonomia por meio do seu autoemprego, e tornarem-se independentes de programas de renda mínima, frentes de trabalho e outras iniciativas congêneres de assistência social (SINGER, 2002; PITAGUARI *et al.*, 2012, p. 45).

No contexto dos anos 90 à década de 2000, foram buscadas políticas públicas focalizadas no sentido descrito acima com a ressalva de que se almejava a formulação de novo marco das relações entre entidades civis tradicionais de assistência social e, de outro lado, movimentos sindicais e sociais lutavam por uma revisão da Lei Geral do

Cooperativismo (CUNHA, 2012, p. 368).

Ao longo da década 2003 a 2013, assistimos ao embate dessas duas grandes correntes acima mencionadas, entidades civis tradicionais de assistência social que não visavam à inclusão socioprodutiva dos desempregados, e o movimento sindical e social identificado com o fomento público para a expansão das cooperativas sociais no país, vocacionadas para a inclusão produtiva.

Vale lembrar que a constituição do campo da política pública de economia solidária (adiante mencionado apenas como PPECOSOL) teve um momento marcante que foi a primeira manifestação do movimento social e sindical para a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária pelo então candidato das esquerdas no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva<sup>19</sup>.

O documento foi elaborado como uma carta aberta assinada por 12 entidades e redes nacionais que, em momentos e níveis diferentes, participaram do GT Brasileiro: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2022).

No final de 2002, decorrente do processo eleitoral que culminou com a vitória de Lula, o GT Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”.

Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da economia solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A elaboração e aprovação da carta ocorreram durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas.

Em 2003 deu-se a criação da SENAES pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

<sup>19</sup>O conjunto das entidades e instituições que assinaram o documento expressa uma coalizão entre esses dois grandes setores: movimentos sociais e sindicais se uniram aos segmentos do assistencialismo religioso (Igreja Católica, predominantemente). Essas eram as forças reconhecidas como GT Brasileiro. Três articuladores se destacaram nesse processo: Ademar Bertucci (assessor nacional da Cáritas Brasileira); Dione Manetti (então diretora da área de economia solidária no governo gaúcho); e Sônia Kruppa (então coordenadora da Rede de ITCPs) (CUNHA, 2012, p. 191).

e pelo Decreto nº 4.764, 24 de junho de 2003. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi instaurado como órgão consultivo e propositivo entre a sociedade e o governo. Paul Singer foi empossado como primeiro titular do CNES.

A nova Secretaria foi implantada no Ministério do Trabalho e Emprego; assistimos, a partir daí, a tentativas de construção de um lugar institucional da economia solidária no primeiro governo Lula (2003-2007). A sua sustentação orçamentária teve início com a negociação dos recursos necessários para a nova PPECOSOL junto ao Executivo/Palácio do Planalto e ao mesmo tempo junto a bancadas parlamentares de vários estados. Esse processo culminou com a inclusão da SENAES no PPA 2004. Com referência à elaboração do PPA (VER VALORES DO ORÇAMENTO DA SENAES 1º ANO NO PPA (CUNHA, p. 203).

Houve grande dificuldade nessas negociações, sobretudo devido à resistência da área de política econômica do primeiro governo Lula; o argumento dominante era de que a economia solidária estava subordinada aos arranjos das políticas públicas do então Ministério do Trabalho e Emprego, e, portanto, não tinha caráter de investimento produtivo e econômico.

Questões desse tipo provocaram recorrentes articulações entre o Secretário da SENAES, o Gabinete da Casa Civil (José Dirceu) e o Presidente Lula. No meio dessas tratativas, situava-se a posição dos aliados políticos no Ministério do Trabalho (liderado pelo PDT), pouco afetos a apoiar com decisão efetiva a PPECOSOL.

A construção da SENAES foi marcada nesse período (2003-2006) por apoios mais decisivos e politicamente relevantes pelo conjunto das pressões exercidas pelas doze entidades fundadoras. Nessa fase, foi formalizada a criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2022).

Desde o início da SENAES, a opção de sua equipe foi por fortalecer o recém-criado Fórum Brasileiro enquanto instância principal de articulação da diversidade da economia solidária, já que o entendimento era o de que contradições internas do FBES ameaçavam seu caráter unitário.

A percepção entre os atores da secretaria era a de que um movimento forte e articulado fortaleceria a própria política pública e contribuiria para sua expansão e institucionalização.

Nesse sentido, viu-se que uma das primeiras ações da secretaria foi o apoio à sustentação do Fórum, bem como às atividades de fortalecimento de fóruns estaduais ou de criação onde estes não existiam (CUNHA, 2012, p. 235).

Um ponto estratégico para o futuro da PPECOSOL foi identificar, na economia popular, os chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) enquanto uma



necessidade tanto estatística quanto de reconhecimento das ações promovidas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Esse esforço ficou consubstanciado na elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil como parte integrante de um Sistema de Informações sobre Economia Solidária (SIES). A criação do SIES teve como objetivo levantar e disseminar informações sobre os empreendimentos de economia solidária em todo o território nacional.

O Atlas teve duas edições que foram disponibilizadas ao público como “Atlas da Economia Solidária”. O primeiro, a partir da pesquisa realizada em 2005, e o segundo, em 2007 (BRASIL, (c), s/d.). SIES (BRASIL, (d), s/d.) e descrito em Pitaguri (2010). (PITAGURI, DOS SANTOS, DA CÂMARA, 2012, p. 47).

No período 2007-2010, foram criadas as ações do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” (PPA 2008-2011). Esse período foi marcado por um duplo movimento de tensões e redefinições nas relações governo-sociedade civil e movimentos sociais.

Assistimos à consolidação das SENAES em posição de menoridade orçamentária, passando por uma constante crise de recursos; de outro lado, aumentaram as pressões das entidades apoiadoras da PPECOSOL no sentido de criticar abertamente a área econômica do segundo governo Lula pelas dificuldades por que passaram a conviver tanto os gestores das SENAES quanto as lideranças populares (CUNHA, 2012, p. 248).

As críticas formuladas eram respondidas pelo governo, sobretudo os responsáveis pela área econômica, no sentido de se defenderem pelo fato de que não havia recessão econômica, desemprego aberto e a taxa de ocupação da classe trabalhadora era uma das mais altas das últimas décadas. O ano de 2008 seria particularmente difícil para a execução das políticas sob coordenação da SENAES, sendo percebido internamente como um ano “perdido” (CUNHA, 2012, p. 230).

Desde a criação da SENAES pela Lei nº 10.683/2003 e pelo Decreto nº 4.764/2003, já estava previsto o funcionamento de um Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Esse órgão consultivo e propositivo, com o papel de criar mediações (recomendações, avaliações, críticas e representação) entre a sociedade e o governo, teve papel destacado para legitimar o reconhecimento das SENAES como parte dos setores com influência política na era Lula.

O Conselho foi dirigido por Paul Singer, primeiro titular, que buscou uma ampla política de diálogo e de reconhecimento dos agentes, entidades, redes e organizações da economia solidária no Brasil (SOUZA *et al.*, 2013).

Para entendermos a economia solidária que emerge no Brasil a partir das décadas de 1980 a 2000, torna-se necessário nos referirmos ao conjunto de forças antes apontadas

em torno das doze entidades fundadoras.

Essas diversas organizações como igrejas, sindicatos, instituições de ensino, movimentos sociais, apontaram para a existência de alternativas aos trabalhadores sobretudo sujeitos às intempéries do mercado de trabalho precarizado, sem acesso a políticas de requalificação e escolaridade de jovens e adultos e sobretudo sem acesso ao crédito.

Uma das características do movimento pela economia solidária presente no Conselho Nacional de Economia Solidária foi justamente buscar formulações que ajudassem os trabalhadores e trabalhadoras a exercer um protagonismo em quatro direções:

- cooperação: reconhece propriedade comum, divisão de responsabilidades e de resultados;
- autogestão: protagonismo dos participantes na gestão do empreendimento;
- dimensão econômica: é o que move os esforços e congrega os interesses; e
- solidariedade: é perceptível na distribuição igualitária de resultados, na produção de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

A principal característica do movimento é, portanto, propor o desenvolvimento de uma economia popular cujos empreendimentos econômicos não devem necessariamente escapar dos empreendimentos econômicos patronais. O ideário da economia solidária reside justamente em criar um campo de autogestão entre coletivos de trabalho sem patrão.

Reside aí um dos desafios mais duros da economia solidária. As atividades de economia solidária contribuem para a diminuição da desigualdade econômica e social por meio da gestão compartilhada dos meios de produção e da justa divisão dos resultados do trabalho.

Foram organizadas duas conferências nacionais de economia solidária, em 2006 e 2010, buscando justamente revelar ao grande público que milhares de experiências acompanhadas pela política pública PPECOSOL eram uma realidade viável.

Devido a esse fomento oficial, a economia solidária, organizada em cooperativas, associações e fóruns, foi incorporada como política pública em centenas de municípios e tornou-se objeto de estudo em diversas universidades em todo o país.

O Conselho Nacional de Economia Solidária tinha como finalidade e competências encorajar e promover ações para o engajamento da sociedade civil e do governo na política

de economia solidária; estabelecer diretrizes para a política de economia solidária; propor medidas de aperfeiçoamento tanto para a legislação quanto para as atividades e propostas do MTE e da Secretaria Nacional de Economia Solidária; mediar as parcerias estabelecidas entre as entidades da sociedade civil representadas no conselho e a SNES; e, finalmente, atuar de forma conjunta com conselhos correlatos.

Até sua dissolução após o golpe de 2016, o CNES foi composto por 56 membros, sendo: 19 representantes do governo federal, de secretarias estaduais de trabalho e de órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária; 20 representantes de empreendimentos econômicos solidários; e 17 membros de outras organizações da sociedade civil e serviços sociais.

Em 2005, em importante estudo realizado pela SENAES por meio da Secretaria Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), foi realizado o levantamento de informações sobre os empreendimentos de economia solidária presentes no território brasileiro. A pesquisa produziu dois Atlas, um em 2005 e outro em 2007 (PITAGUARI *et al.*, 2012, p. 47).

Em 2006/2007, houve uma segunda pesquisa realizada pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), os empreendimentos solidários eram realidade no Brasil desde o início do século XX e a partir de 1980 observou-se destacado crescimento de organizações pelo território brasileiro, conforme citação a seguir. O SIES identificou 21.859 EES em todo o território brasileiro. Embora tenham sido encontrados empreendimentos do início do século XX, a economia solidária surgiu no Brasil como movimento organizado na década de 1980 [...] (PITAGUARI *et al.*, 2012).

Até 1980, havia apenas 468 ESS. Daquele ano até 1990, surgiram 1.903 novos EES, de 1991 a 2000 foram criados 8.554 EES, e no período compreendido de 2001 a 2007, outros 10.653 EES foram criados (PITAGUARI *et al.*, 2012, p. 47).

Singer (2008, p. 208) destaca a igualdade de direitos e os meios de produção coletiva como elementos centrais da economia solidária, bem como a autogestão ao dizer que

[...] economia solidária [é] um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

Noutra definição complementar em 2012, Singer *apud* Pitaguari *et al.* (2012) define a economia solidária destacando valores éticos e de cidadania:

[...] economia solidária pode ser definida como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade, no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (PITAGUARI *et al.*, 2012, p. 35).

Pode ser entendido pelo exposto até agora que um dos marcos da tentativa das PPECOSOL de mobilizar fundos públicos (do Estado) por governos (federal, estaduais e municipais) para implantar transferência de recursos é justamente o caráter constitucional que assegura sua legalidade jurídica.

Essa legalidade jurídica asseguraria, em tese, a cobertura necessária para os políticos, gestores e funcionários públicos envolvidos colocarem em prática arranjos de transferência de recursos entre o Estado e entidades da sociedade civil (NEDER, 2011).

No período de 2012 a 2014, esse foi o foco dos trabalhos que resultaram no novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei n.º 13.019/2014). Resultado de um compromisso da gestão Dilma, o chamado MROSC legitimou o importante papel das OSCs e dos movimentos sociais para a redução da pobreza, das desigualdades e para o fortalecimento da democracia no Brasil, proporcionando um ambiente jurídico próprio às organizações e suas relações com o Estado.

Ao atuar em colaboração com o Estado, as OSCs não se transformam em órgãos públicos. São entidades civis, porém respaldadas pela nova lei, o que permite eliminar confusões históricas que as colocavam em situação de fragilidade. Essa é uma resposta às reivindicações das organizações, para enfrentar a chamada “criminalização burocrática”. O universo das OSCs é amplo e plural. No Brasil, existem 323 mil organizações de sociedade civil que atuam em várias áreas como a cultura, assistência social, educação, saúde, desenvolvimento sustentável e em defesa dos direitos de grupos historicamente excluídos, como pessoas com deficiência, mulheres, índios, povos e comunidades tradicionais, negros e LGBTs.

As OSCs empregam cerca de 2,2 milhões de brasileiras e brasileiros, o que demonstra a sua relevância também para a economia e o mercado de trabalho do país. As organizações da sociedade civil participam da formulação e do controle social de políticas públicas por meio dos conselhos, conferências e mesas de diálogos criados pelo governo federal. Elas também estão presentes na fase de execução dessas políticas, como no “Programa Um Milhão de Cisternas Rurais no Semiárido”, no “Minha Casa, Minha Vida” ou nos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

Estimular a criatividade, capilaridade e proximidade dos beneficiários é o elemento que ajuda a pavimentar esse importante caminho, ainda em construção, da relação entre o

Estado e o cidadão, fortalecendo ainda mais a democracia. Com a nova lei, ao mesmo tempo em que valorizamos a transparência na aplicação dos recursos, avançamos na construção de um Estado Democrático de Direito e de uma sociedade livre, justa e solidária.

A lei consolida regime jurídico próprio de parcerias com a sociedade civil a partir da criação dos termos de fomento e de colaboração na substituição de convênios, garantindo transparência na aplicação dos recursos públicos, chamamento público obrigatório para todo o país, regras mais claras e democratização do acesso aos recursos públicos.

O MROSC tem abrangência nacional, e sua vigência vem se dando de forma escalonada na União, Distrito Federal e Estado desde 2016 – janeiro de 2017 nos municípios. Ao mesmo tempo, o projeto de lei para uma política nacional de economia solidária, ao contrário do Marco das Organizações Civas, está paralisado desde 2017 (Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 - nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados - dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências).

Em 2018 o PLS 292/2018 alterou a lei 11.947/2009. Desse modo, a Comissão de Educação aprovou a PL que inclui a ES nos 30% da cota preferencial dos recursos do PNAE. Em 2019 a MP 870/2019 rebaixou a SENAES à subsecretaria. Dá-se, então, a fragmentação das políticas de apoio à ES: setor rural para o Ministério da Agricultura – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperação – e setor urbano para Ministério da Cidadania.

No dia 12 de fevereiro de 2020, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, na Câmara dos Deputados, a proposta de emenda à Constituição para incluir a economia solidária entre os princípios da ordem econômica nacional (Agência Senado). Ementa: acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da ordem econômica – PEC 69/2019.

## O QUADRO DO MOVIMENTO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1990-2017)

O período final dos anos 90 marcou o início de um grande movimento social no país em defesa da superação das condições estruturais geradas pelo desemprego e pela fome.

A linha do tempo a seguir nos permite afirmar que foram esses eventos os responsáveis pela pressão direta da sociedade civil, e de movimentos sociais para a criação de uma área no governo federal, capaz de formular política pública direcionada para os segmentos populares da economia fora do mercado de trabalho formal.

## Linha do Tempo<sup>20</sup> 1/3

### nasce a **Ação da Cidadania**.

Presidente: Itamar Franco.

21 de abril - plebiscito: Brasil continuaria sendo uma república presidencialista.

Maio: Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda.

Agosto: moeda passa a se chamar Real. A instabilidade econômica ainda assustava o país.

Acontecem duas chacinas no Rio de Janeiro: a da Candelária e a de Vígário Geral.

Níveis alarmantes de indigência - agravando o quadro de pobreza.

O mapa do Ipea indicava 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

“Carta de Ação da Cidadania” (assinada por artistas e personalidades engajados no combate ao problema da fome no Brasil), deu origem ao movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”.

A Ação da Cidadania foi lançada no dia 24 de abril em uma grande solenidade na UERJ, com a participação dos mais expressivos nomes da sociedade brasileira.

No dia 28 de abril, foi criado o “Comitê Rio da Ação da Cidadania”.

### O Primeiro ano de lutas

Fevereiro a julho - Unidade Real de Valor (URV) começava a implantar o Real.

1º de maio: morre Ayrton Senna.

Julho Brasil conquista o tetracampeonato mundial de futebol nos Estados Unidos.

Outubro: Fernando Henrique Cardoso foi eleito o 34º Presidente da República.

Dezembro: morre Tom Jobim.

A Ação da Cidadania consolidou seus trabalhos em diversas frentes:

- Comida contra a fome. Trabalho contra a Miséria
- Cinema com a Ação da Cidadania
- Tributo ao Rio
- 1º de Maio – Trabalho contra a Miséria
- Conferência Estadual de Segurança Alimentar
- 1º Encontro de comitês do Estado do Rio de Janeiro
- Sol
- Projetos de geração de emprego e renda
- Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar
- Bancários contra a fome
- Criação da Associação Comitê Rio
- Criação do Fórum Nacional
- Feira da Providência
- “Natal sem Fome” nos supermercados
- Vigília
- Natal Sem Fome 94.

1993

Diversos eventos relacionados à campanha contra fome ocorreram durante o ano:

- O Rio Pedalando Contra a Fome
- Show Pela Vida
- 24 Horas na Luta Contra a Miséria
- Semana da Arte Contra a Fome
- A Natação Contra a Fome, a Favor do Brasil
- Nelson Freire realiza concerto em benefício da Ação
- O primeiro Natal Sem Fome



Figura 3 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

1994



Figura 4 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

<sup>20</sup>Elaborada a partir de: Ação Cidadania. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/>, e Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Disponível em: <http://pacs.org.br/>.

## Um ano pela democratização das terras

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência.

Ação pela Cidadania tomou a terra como centro de suas atenções - movimento pregava "a terra para plantar e morar", divulgando a existência de 200 milhões de hectares de terras improdutivas.

A mobilização teve grande apoio da opinião pública e culminou na "Carta da Terra" (1987).

O texto, assinado por Betinho, incentivava os cidadãos e a sociedade civil organizada a participarem da luta pela democratização da terra.

Dez mil cópias da carta foram feitas e distribuídas pela Ação da Cidadania em 1995, além de milhares de outras cópias feitas e enviadas por toda a sociedade, alcançando mais de 500 mil assinaturas entregues ao Congresso Nacional.



Figura 5 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

## Completando quatro anos

Massacre de Eldorado dos Carajás: 19 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram mortos pela Polícia Militar durante repressão do governo e do aparelho policial. O conflito de interesses e a postura empregada resultaram numa narrativa forjada de "confronto" no Pará; o massacre se inscreveu na luta pela reforma agrária no Brasil.

A Ação da Cidadania manteve ativas várias frentes:

- Projetos de geração de emprego e renda
- Assistência aos desabrigados
- Fórum Nacional da Ação da Cidadania
- Cartilha Voto Cidadão
- Oficinas Nova América
- Plenárias dos Comitês
- Rio 2004 – Cidade Candidata
- Mutirão da Solidariedade
- 4ª vigília
- 4º Natal sem Fome

1995

Nesse ano, a Ação da Cidadania consolidou seus trabalhos em diversas frentes:

- Projetos de geração de emprego e renda
- Encontro de comitês do estado do Rio de Janeiro
- Fórum Nacional da Ação da Cidadania
- Grito da Terra
- Projeto Prato Fundo
- Oficinas de elaboração de projetos sociais
- Cursos de agente de saúde
- Mapa da Solidariedade
- Plenárias
- II Pedalando Contra a Fome
- Gincana da Cidadania
- Fome de Bola
- Jornada nas Estrelas contra a Fome
- Grande Pedágio
- Vigília 95
- Natal Sem Fome 95

1996

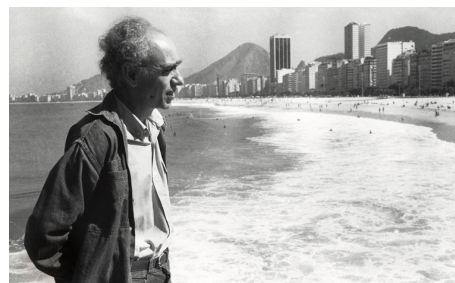


Figura 6 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

1997



Figura 7 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

## O primeiro ano sem Betinho

Janeiro: emenda da reeleição foi aprovada.

20 de abril: O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi assassinado, por cinco estudantes em Brasília.

9 de agosto morre Betinho, mas a Ação da Cidadania continuou: o desafio já era de todos.

Diversos eventos ocorreram durante o ano:

- Pesquisa Crianças Fora da Escola
- Espaço de Construção da Cultura
- Perfil dos beneficiários do "Natal Sem Fome"
- Homenagem a Betinho – Aos 15 dias da morte de Betinho
- Jornal do Comitê Rio
- Oficinas
- Grupo de creches
- Plenárias mensais
- Grito dos Excluídos
- Aniversário de Betinho na Candelária
- Petrópolis no "Natal sem Fome"
- 5ª Vigília
- 5º Natal sem Fome

## O ano do "CD Brasil são outros 500"

Fernando Henrique Cardoso foi reeleito Presidente da República.

O Edifício Palace II desabou no Rio de Janeiro.

O ex-policia militar Marcos Aurélio Dias de Alcântara foi condenado a 204 anos de prisão por ter participado da Chacina da Candelária de 1993, dez outros ex-policiais militares, acusados de participação na Chacina de Vigário Geral, também de 1993, foram absolvidos pela Justiça do Rio de Janeiro.

A Ação da Cidadania continuou seu trabalho, aumentando sempre a pauta de desafios:

- Caras da Cidadania;
- Páscoa Cidadã;
- 1º de Maio;
- Campanha de alimentos para o Nordeste e Vale do Jequitinhonha;
- Cestas para Macaé;
- Fundo Rotativo;
- Oficinas Nova América;
- Movimento Pró-Cooperativismo;
- Grupo de creches;
- Fórum Nacional da Ação da Cidadania;
- Cartilha Voto Cidadão;
- Grito dos Excluídos;
- Homenagem um ano sem Betinho;
- Jornal N'Ação Cidadania;
- Plenárias mensais;
- Encontros de comitês;
- CD Brasil São Outros 500;
- 6ª Vigília;
- 6º Natal sem Fome.

1998



Figura 8 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

<sup>20</sup>Elaborada a partir de: Ação Cidadania. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/>, e Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Disponível em: <http://pacs.org.br/>.

## Ano do Restaurante da Ação da Cidadania Herbert de Souza

Fernando Henrique assumiu seu segundo mandato.

“Central do Brasil”, de Walter Salles, venceu o Globo de Ouro na categoria de Melhor Filme Estrangeiro.

11 de março: Ocorreu o primeiro “apagão”, atingindo dez estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o Distrito Federal.

Eventos da Ação da Cidadania daquele ano:

- Doação de alimentos;
- Encontro de jovens;
- Cursos de alfabetização;
- Mutirão para a erradicação da fome;
- Oficinas Novamérica;
- Plenárias mensais;
- Cooperativas;
- Restaurante da Ação da Cidadania Herbert de Souza;
- Campanha Recicle uma Vida;
- O Grito dos Excluídos;
- Encontro Nacional;
- Espaço de Construção da Cultura;
- Site Click Fome;
- Arroz, Feijão e Educação;
- Motociata do “Natal sem Fome”;
- 7ª Vigília contra a Fome;
- Natal sem Fome.

## Encontro de cultura e socioeconomia solidária – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) – Canteiro de Socioeconomia Solidária

Janeiro: um vazamento da Petrobras derramou mais de 500 mil litros de óleo na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o pior acidente ambiental desde 1975.

Junho: um ônibus da linha 174 foi sequestrado por Sandro Barbosa do Nascimento, que manteve dez reféns por quatro horas, no Rio de Janeiro.

Lista de atividades da Ação da Cidadania:

- Espaço de Construção da Cultura;
- São selecionadas 50 famílias para a Bolsa Escola;
- Parcerias da Bolsa Escola da Ação da Cidadania;
- Baterias de celular;
- Agentes de saúde em DST/AIDS;
- Asas da Cidadania;
- Clickfome ganha o iBest;
- 1º de Maio;
- Parceria com a Receita Federal;
- Plenárias;
- Basta! Eu Quero Paz;
- Debate pela paz no dia 18 de julho;
- Alfabetização em julho;
- Peça “João e a Rosa”;
- Campanha do Agasalho;
- Cartilha Voto Cidadão;
- Natal sem Fome do Milênio;
- Um km de solidariedade contra a fome;
- Cidadania Ativa;

1999

2000



Figura 9 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

- O “Natal sem Fome” de 2000 se destaca pelas parcerias;
- Dia Nacional da Cultura;
- Alcione Araújo toma posse como presidente de honra da Ação da Cidadania;
- 1º Prêmio de Cidadania Herbert de Souza;
- Utilidade Pública Federal e Municipal;
- Vigília Contra a Fome;
- Distribuição na CONAB;
- Armazém da Cultura.



Figura 10 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

<sup>20</sup>Elaborada a partir de: Ação Cidadania. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/>, e Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Disponível em: <http://pacs.org.br/>.

## O começo de um novo século

Explosão da plataforma P-36 na Baía de Campos - saldo de onze petroleiros mortos.

Junho: Gustavo Kuerten conquistou o tricampeonato de tênis em Roland Garros.

Morrem: Mário Covas, Maria Clara Machado, Jorge Amado, Roberto Campos, Cássia Eller entre outros brasileiros ilustres.

Lista de atividades da Ação da Cidadania:

- Censo dos excluídos
- Rock in Rio III
- Ação da Cidadania apresenta desafios para 2001 / 2002 na área da educação, cultura e cidadania
- Nova sede
- Aniversário da Ação
- Ação da Cidadania é uma das entidades beneficentes brasileiras escolhidas pelo Guia da Filantropia
- Click Fome ganha mais um iBest / Ações Sociais
- Espaço de Construção da Cultura apresenta seu primeiro musical
- Curso de alfabetização de adultos
- Lavagem do Armazém de Cultura e Cidadania
- Curso de Formação Política e Social
- Ação da Cidadania lança prêmio
- Ciclo de debates Sociedade e Cidadania
- Desperdício de alimentos
- Chico Alencar faz palestra sobre educação
- Jovens da Casa das Artes da Mangueira assistem ao espetáculo “Menino no Meio da Rua” e trocam experiências no Espaço de Construção da Cultura
- Inauguradas as primeiras salas das escolas de informática e de cidadania
- UERJ convida Ação para falar no Curso de Lideranças Comunitárias
- Ação no Seminário Internacional no SESC Rio Arte

2001

2002

- Crédito Solidário
- 1ª reunião de planejamento do Natal sem Fome 2001
- Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional homenageia Ação da Cidadania
- Lançamento nacional do “Natal sem Fome”
- Presídios contra a fome
- ALERJ concede medalha à Ação da Cidadania e título de cidadão a Maurício Andrade
- Solidariedade no mar
- Ação da Cidadania homenageia Dra. Ruth Cardoso
- Dia Nacional do Quilo
- Corrente de solidariedade por um “Natal sem Fome”
- Balanço final do “Natal sem Fome”
- Desabrigados das chuvas



Figura 11 – Fonte: Ação da Cidadania (2021)

## Início do governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva é eleito, com 52 milhões de votos.

Lista de atividades da Ação da Cidadania:

- Doação da Receita Federal
- Começam os ensaios de “Menino no Meio da Rua”
- Ação da Cidadania contra a dengue
- Espaço de Construção da Cultura reformado
- Ministro acolhe proposta da Ação contra a dengue
- Cadastramento de novos comitês
- Ação da Cidadania participa do Dia D contra a Dengue
- Ação divulga resultados do levantamento da dengue
- II Feira da Cidadania
- XI Fórum da Cidadania reúne 23 estados
- Plenária comemora os nove anos da Ação
- Filantropia 400
- Contagem regressiva para as eleições
- Click Fome ganha iBest outra vez
- “Recicle uma Vida” ganha mais uma parceria
- “Menino no Meio da Rua” no projeto “Educando o Cidadão do Futuro”
- Ação da Cidadania recebe homenagem em PE
- “Menino no Meio da Rua” é um sucesso
- Ação da Cidadania recebe prêmio Top Social
- Formação de agentes em DST / Aids
- Comitês se reúnem para debater violência e voto ético
- “Menino no Meio da Rua” é sucesso de crítica e vai para o Villa-Lobos
- Ação participa do projeto “Educando o Cidadão do Futuro”
- Ação da Cidadania lança “Campanha Nacional pelo Voto Ético”
- “Menino no Meio da Rua” é indicado para o Prêmio Shell
- “Menino no Meio da Rua” participa do Criança Esperança
- “Campanha pelo Voto Ético” ganha as ruas do Rio
- Firjan recebe a Ação da Cidadania
- Lama Lawang abençoa Espaço de Construção da Cultura
- Maurício Andrade participa de debate na ABI
- Ação lança “Brasil sem Fome”
- Primeira reunião do “Natal sem Fome – Ano 10”
- Participação no programa Carta de Paz a Um Amigo

- Comitês recebem doações no Dia da Criança
- Parceiros assumem lançamento do “Natal sem Fome – Ano 10”
- Ação da Cidadania recebe Certificado de Mérito Social
- Última plenária antes do “Natal Sem Fome”
- “Natal sem Fome” recebe primeira doação
- Recorde no lançamento do “Natal Sem Fome – Ano 10”
- Capiba contra a fome no CCBB
- “Natal sem Fome” em todos os 92 municípios do Rio de Janeiro
- Parceria com a Texaco abre 219 postos de coleta no “Natal sem Fome”
- “Natal sem fome” faz primeira distribuição de alimentos
- Contra a fome de cultura em Santa Teresa
- Ação da Cidadania participa de reunião com equipe do Fome Zero
- Dia Nacional do Quilo
- Sites da Ação da Cidadania no TOP 10 do Prêmio iBest
- Ação da Cidadania do Natal para o Brasil sem Fome
- Evento na lagoa mobiliza população para o “0500 contra a Fome”
- Doação para os desabrigados de Angra dos Reis
- Ação da Cidadania inicia plantio de arroz em Goiás
- Espaço de Construção da Cultura comemora um grande ano
- 1ª Reunião do Conselho Estratégico do Brasil sem Fome
- “Natal sem Fome” recebe doação da TCO Celular
- Bazar Solidário
- Fundo Brasil sem Fome recebe doação da Fundação Itaú Social
- Mutirão na CONAB para montagem das cestas
- “Natal sem Fome Ano – 10”: alegria e esperança de um Brasil sem fome

No final de 2002, como resultado da I Plenária Brasileira de Economia Solidária, elaborou-se uma carta contendo as diretrizes gerais da economia solidária e reivindicação de criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A carta proposta, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, foi apresentada ao governo brasileiro pelo GT Brasileiro de ES, por ocasião da eleição de Lula como Presidente da República. (Site FBES). O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) se constituiu de forma definitiva na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, em junho de 2003. Fruto do movimento ocorrido em 2001, preparatório do I Fórum Social Mundial (FSM). Pitaguari Dos Santos, da Câmara (2012), menciona o papel do FBES como “interlocutor da sociedade com a SENAES”. (SANTOS *et al.* 2012, p. 46-47).

Na figura 12, observa-se a estrutura e forma de funcionamento da economia solidária no Brasil desde os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), entidades de apoio e fomento e gestores públicos.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

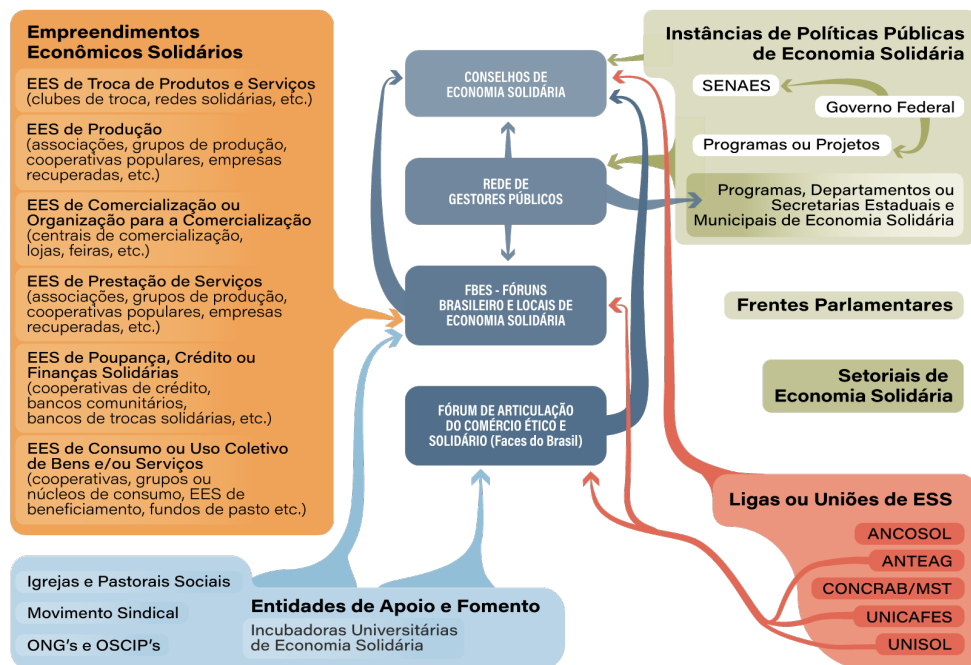


Figura 12: Adaptado de FBES (2005)

Se os dados históricos acima descritos fossem considerados, a economia solidária como movimento seria plausível (CUNHA, 2012). De fato, no período antes apontado, a organização da economia solidária no Brasil parece ter adquirido um fluxo de ações presente nos territórios que vai se constituindo por meio dos movimentos sociais, sindicatos, instituições tais como a Igreja Católica e o Estado em suas instâncias municipal, estadual e federal.

Como já mencionado, esse processo de organização da economia solidária brasileira se deu a partir dos anos 80. De acordo com o texto “Economia Solidária – Outra economia a serviço da vida acontece” (CF/2010), na década de 1980 a Igreja Católica, por meio da Cáritas, no enfrentamento à crise econômica que assolava o país, buscou incentivar as comunidades apoiando a criação de Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

No cenário brasileiro descortinou-se uma série de iniciativas de apoio à economia solidária. Em 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) com organização a nível local, estadual e nacional.

As universidades também se mobilizaram criando as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a primeira a criar a ITCPs, no ano de 1995.

Em 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário (SANTOS *et al.* 2012, p. 44-45).

Lechat (2002) registrou alguns momentos que marcaram a história do pensamento/movimento da economia solidária no Brasil: em 1993, o Instituto de Políticas Alternativas Cone Sul (PACS) organizou o I Seminário de Autogestão; em 1995 aconteceu o 7º Congresso Nacional Sociedade Brasileira de Sociologia; em 1996 tem lugar o III Encontro da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG).

Do I Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em 2001 na Oficina de Economia Popular Solidária e Autogestão, nasceu o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária. Inicialmente, o GT Brasileiro foi constituído por diferentes grupos e práticas solidárias advindos de áreas rurais e urbanas. Doze entidades e redes nacionais que, em momentos e níveis diferentes, participavam do GT-Brasileiro:

- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES);
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS);
- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE);
- Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG);
- Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE);
- Cáritas Brasileira;
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB);
- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs);

- Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT);
- UNITRABALHO – Universidade e Trabalho;
- Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED);
- Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Site FBES).

## VISÃO ANALÍTICA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUESTÕES ESTRUTURANTES



Figura 13: Fonte: Ação da Cidadania (2021)

Dadas as correlações entre os segmentos populares da economia e os setores empresariais do circuito formal, é fundamental a representação analítica das complexas trocas entre os sujeitos sociais da economia como um todo.

Podemos situar dois ecossistemas: um chamamos de complexo econômico-social movido pela (A) **tecnociência convencional**. O outro (B) **tecnociência solidária**.

Nos diagramas a seguir são apresentados elementos básicos da complexidade que envolve as dimensões de apoio sociotécnico, institucional e financeiro para os trabalhadores constituírem cooperativas, associações, grupos e empreendimentos econômicos solidários.

Destaca-se o fato de que os empregadores do setor formal se apoiam em autônomos, temporários e precarizados do setor informal para não pagar os benefícios e remunerações asseguradas ao pessoal do setor formal; tanto no Brasil quanto em economias de alta renda, essa situação se repete com características diferentes (SCHOLZ, 2016).

Tanto nos Estados Unidos e Europa Ocidental quanto no Brasil, os dois segmentos estilizados nos diagramas A e B não são apartados ou divorciados entre si. Ao contrário, estão mesclados. O **DIAGRAMA A** apresenta a tendência de apoiar um desenvolvimento científico e tecnológico de empregos voltados para empresas formais inclinadas a adotar um padrão tecnológico fundamentalmente poupador de mão de obra.

O **DIAGRAMA B** a seguir explora outro caminho possível para a transição da economia informal em direção a cooperativas de plataforma com empreendimentos econômicos solidários. Uma das condições é a adoção de medidas de fomento e regulamentações multiníveis para equacionar que os empregadores do setor formal não possam realizar a transferência dos custos de transação das empresas para autônomos, temporários e precarizados do setor informal.

Experiências internacionais (no quadro europeu) apontam soluções por meio da "conta de seguridade social individual" (SCHOLZ *et al.* 2016-2019). No Brasil, esse tipo de fundo de seguridade social já está sendo vivido por cerca de 80 milhões de pessoas que receberam o auxílio emergencial durante a pandemia da Covid 19; todos cadastrados em bancos de dados da Caixa Econômica Federal.

O pré-requisito para realizar a transição gradativa e contínua de parte desses 80 milhões para empreendimentos econômicos solidários reside no fomento massivo à formação de cooperativas de todos os tipos e setores chaves da economia popular.

Para incrementar os investimentos do sistema de ciência e tecnologia no Brasil – para geração de mais postos de trabalho, com melhoria de qualificação e rendimento acima da média –, estes segmentos populares da economia são fundamentais:

1. Reciclagem;
2. construção civil;
3. manufatura artesanal;
4. metalurgia e polímeros;
5. apicultura;
6. agricultura, fruticultura, olericultura orgânica e agroecológica;
7. alimentação;
8. confecções e vestuário.

Os **diagramas A e B** descrevem as condições para uma outra transição dos segmentos populares da economia, que passa pelas soluções apontadas no diagrama A como GESTÃO SOCIOTÉCNICA 1 e 2, e como METAS 1, 2, 3 e 4 no diagrama B.

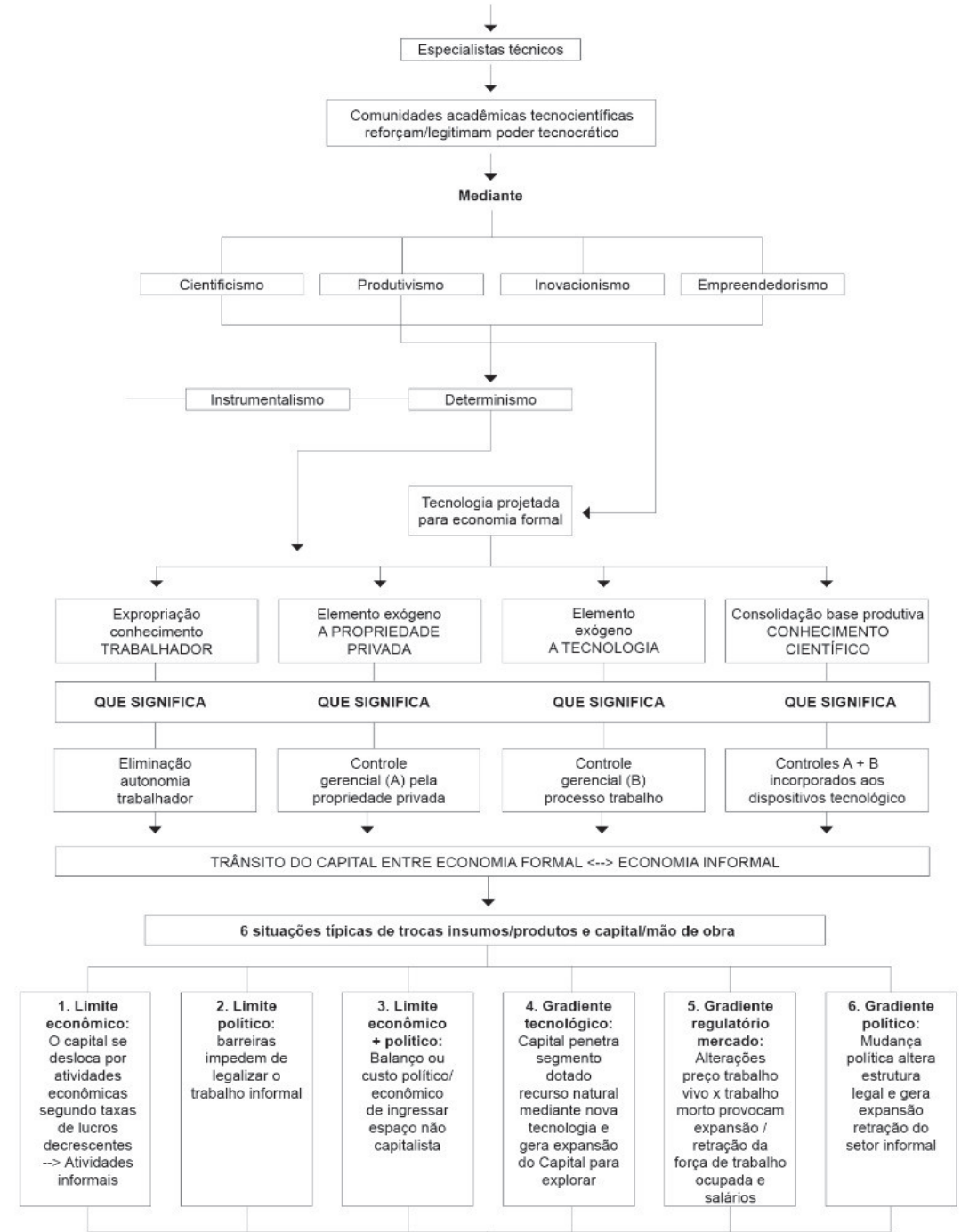
Para atuar com os segmentos da força de trabalho discriminados anteriormente, são indispensáveis os levantamentos e diagnósticos com georreferenciamento, mapeamento sociotécnico, identificação de sua base cultural, cadastros funcionais e base de dados sobre o entorno econômico e suas ligações com a economia formal.

Em resumo, sem conhecimento das redes nos territórios onde atuam esses segmentos da força de trabalho, não é possível quaisquer ações consequentes para sustentabilidade socioeconômica, ecológico-ambiental e institucional na geração de postos de trabalho. Crucial também é o conhecimento das situações locais da estrutura fundiária urbana e rural.

O **DIAGRAMA A** descreve como as empresas com fins lucrativos se relacionam com trabalhadores e integrantes dos segmentos da economia informal, e como são utilizados os conhecimentos tecnocientíficos.

No **DIAGRAMA B** é descrito como operam os encadeamentos entre os elementos humanos, técnicos, de poder político, econômico, cultural e, sobretudo, as relações com as dimensões de sustentabilidade, que incorporam outros valores no sistema econômico.

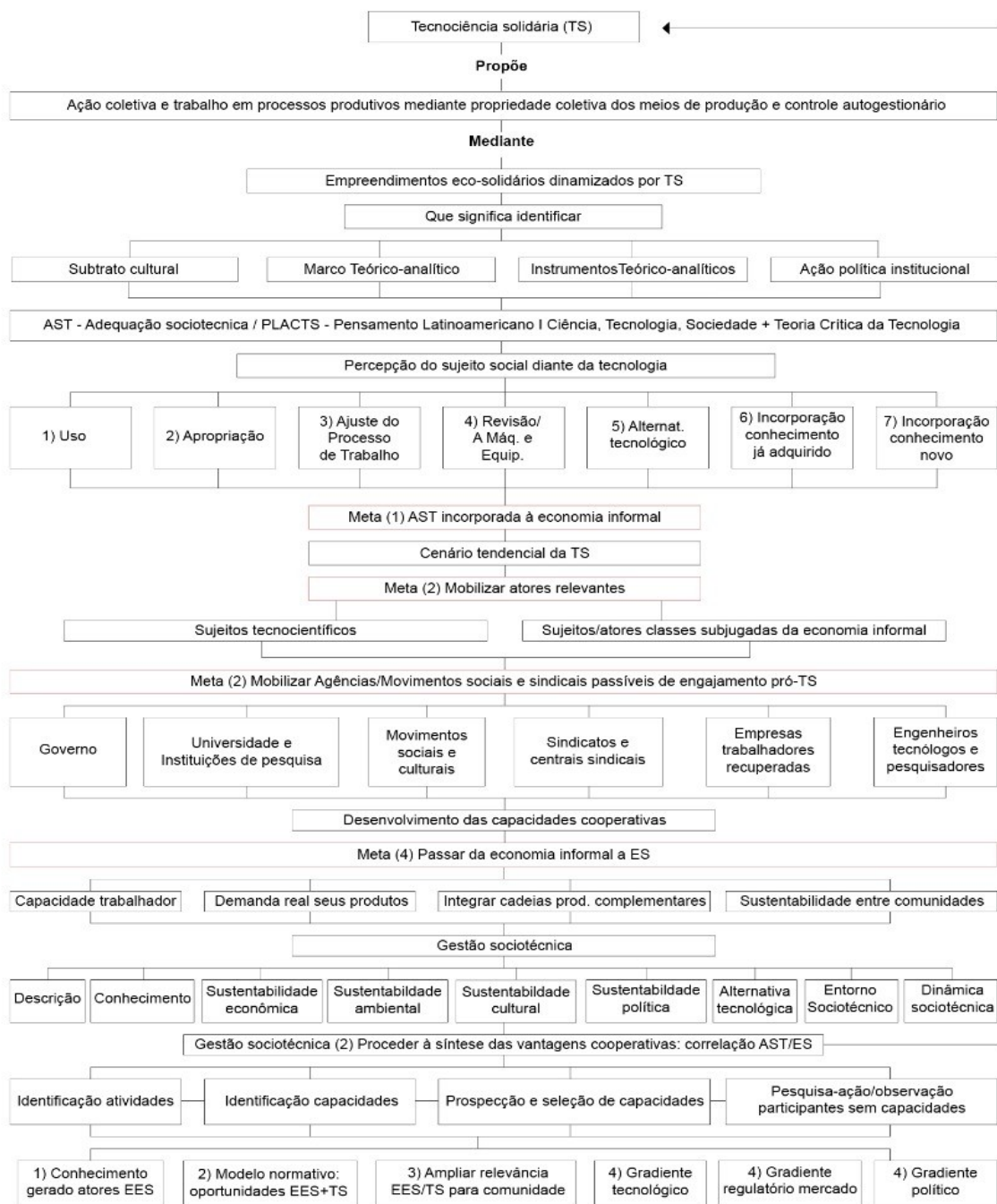
**DIAGRAMA A – ECOSISTEMA DA TECNOCIÊNCIA MOBILIZADA EM TORNO DAS EMPRESAS (SETOR FORMAL)**



Fonte: DAGNINO, 2004, 2019; NEDER, 2015A, 2015B, 2017, 2018; 2019. Elaboração: Ricardo T. Neder



**DIAGRAMA B – ECOSSISTEMA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS MEDIANTE ABORDAGEM MULTINÍVEL PARA IDENTIFICAR**



**GLOSSÁRIO – CONCEITOS BÁSICOS PARA ENTENDER AS RELAÇÕES ENTRE TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

TERMO	CONCEITO	AUTORES
ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA	Busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico não apenas visando a questão técnico-econômica, mas englobando outros aspectos que envolvem as estratégias de sobrevivência do ser humano, identitária do sujeito sociotécnico e sua relação com a natureza, que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade.	NEDER, 2015
AGENDA DECISÓRIA	Originada dos problemas trazidos pelos atores sociais. É um conjunto de problemas, demandas, assuntos que o governo (coalizão política que ocupa o poder executivo do aparelho de Estado) seleciona (ou é forçado a selecionar). Ela é formada pelas agendas particulares dos atores (inclusive pelo governo, cuja agenda é o programa de governo da coalizão eleita em função da correlação de forças existentes na sociedade).	DAGNINO, 2016
AGENDA PARTICULAR	Conjunto de problemas percebidos e enfrentados por ele ao envolver-se com uma política pública. Numa política "normal", ela é a materialização do seu projeto político.	DAGNINO, 2016
ARTEFATOS SOCIOTÉCNICOS	Conjuntos materiais que expressam uma base cognitiva derivada de algum conhecimento tecnocientífico. Artefatos decorrem de relações sociotécnicas entre atores humanos e não humanos, estes últimos entendidos como dotados de capacidade de influir, alterar e/ou criar vínculos entre atores humanos.	LATOURE, 2000 NEDER, 2013
ATOR SOCIAL	Pessoa, grupo ou organização que participa de um jogo social; possui um projeto político; controla algum recurso relevante; tem, acumula (ou desacumula) forças no seu decorrer e pode produzir fatos para viabilizar seu projeto.	DAGNINO, 2016
AUTOGESTÃO	No contexto da economia solidária proposta no Brasil a partir dos anos 1990/2000, a autogestão está associada à livre organização dos produtores e produtoras que se organizam sem padrão, solidariamente a partir de relações horizontais. A autogestão está relacionada com a crítica marxista da alienação do trabalhador diante do produto gerado, também chamado de trabalho heterônomo. Ou o contrário é o trabalho autônomo típico da autogestão. Como provocação para mais pesquisas, o trabalho heterônomo e o trabalho autônomo estão em constante tensão. Onde predominam relações hierárquicas muito verticais, dificilmente podem evoluir relações autogestionárias solidárias. Em geral, a autogestão é um desafio diante das exigências horizontais para distribuir qualificações, especializações, experiências e tempo de trabalho entre homens e mulheres.	DAGNINO, 2019 SINGER, 2003 TAUILLE, 2001 TRAGTENBERG, 1980

Fonte: DAGNINO, 2004, 2019; NEDER, 2015A, 2015B, 2017, 2018; 2019. Elaboração: Ricardo T. Neder

CONCEPÇÃO DA TEORIA CRÍTICA	Nega a ideia da neutralidade, discordando do instrumentalismo. Considera a tecnologia como portadora de valores. Não aceita a ideia do substantivismo de que os valores capitalistas lhe conferem características imutáveis que impedem a mudança social. Considera que a tecnologia pode ser controlada, negando assim o determinismo.	FEENBERG, 2013 NEDER, 2013 DAGNINO, 2019
CONCEPÇÃO DETERMINISTA	Entende que a tecnologia é uma aplicação da ciência, e mantém a crença da neutralidade da tecnologia. Essa tecnologia, quando apropriada pela classe trabalhadora, poderia ser usada – no âmbito de outras relações sociais de produção – para construir o socialismo.	FEENBERG, 2013 DAGNINO, 2019
CONCEPÇÃO DO SUBSTANTIVISMO	Nega a ideia da neutralidade, mas conserva a concepção determinista. Nesse caso, os valores e interesses capitalistas incorporados na produção da tecnologia condicionam a tal ponto sua dinâmica que impedem seu uso em projetos políticos alternativos.	FEENBERG, 2013 DAGNINO, 2019
CONCEPÇÃO INSTRUMENTALISTA	Essa concepção está em consonância com o otimismo liberal, positivista, moderno no progresso e que a tecnologia é resultante de uma busca pela verdade e pela eficiência, sendo assim, a tecnologia seria neutra.	DAGNINO, 2019 NEDER, 2013 FEENBERG, 2013
MARCO ANALÍTICO CONCEITUAL (MAC)	O conjunto de conceitos, variáveis, modelos, fatos estilizados etc. concebidos em consonância com a cultura para entender e explicar a realidade.	DAGNINO, 2019
MODELO COGNITIVO DO ATOR	Conjunto de ideias a partir do qual o ator irá descrever, explicar e prescrever acerca do objeto da política, do seu contexto, e participar no processo decisório. O modelo cognitivo de um ator é sensível à influência dos outros atores. Quando esse conhecimento que possui o ator dominante tem um caráter de “verdade inquestionável”, os demais internalizam seu modelo cognitivo.	DAGNINO, 2016
NEOLIBERALISMO	Teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo.	HARVEY, 2008

PAÍSES PERIFÉRICOS	Leitura crítica e marxista dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial.	DAGNINO, 2016
PLACTS	Descrição histórica da política de ciência e tecnologia em países latino-americanos concretizada dos anos 1940 a 1980 (Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Venezuela e México). A importância da leitura atual sobre o Placts reside no fato de que a partir das reformas neoliberais na América Latina, após os anos 80, reduziu-se consideravelmente a autonomia e soberania desses países em formular a sua própria política de C&T, seja para o setor empresarial, seja para as políticas públicas de seus estados nacionais.	DAGNINO, THOMAS E DAVYT, 1996 VARSAVSKY, 1975 SABATO, 1975 HERRERA, 1975
PLATAFORMA COGNITIVA	Quando olhamos para a tecnologia, a primeira noção de senso comum é tomá-la como um dispositivo acabado. Uma segunda noção de tecnologia nos remete à ideia de potência ou realização de possibilidades, desejos, vontades ou poder. A terceira noção de tecnologia nos conduz a indagar como, quando e quem desenvolveu tal dispositivo, portanto essa noção está diretamente ligada ao conhecimento incorporado na tecnologia. Quando falamos de plataforma cognitiva, nos referimos a essa terceira dimensão. Tanto a tecnologia social quanto a tecnociência solidária são conhecimentos incorporados de pessoas e grupos sociais antes de se tornarem dispositivos.	NEDER, 2013 DAGNINO, 2019
POLÍTICA ANÔMALA	Refere-se à política de ciência e tecnologia definida sob uma agenda decisória que não apresenta propostas de uma agenda particular própria, coerente com o projeto político do ator social. O seu caráter anômalo vem do fato de que o conteúdo dessa agenda decisória é definido por comunidades científicas localizadas em outros países, nomeadamente quatro principais: Estados Unidos, Alemanha, França e Japão.	DAGNINO, 2016
PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS	A sociedade civil pode ser compreendida como o lugar da construção da hegemonia. A hegemonia não existe apenas passivamente como forma de dominação, nesse caso encontram-se resistências continuadas a esse processo. Diante disso, é necessário considerar o conceito de contra-hegemonia que é associado ao conceito de resistência, existindo, assim, práticas que possibilitam um novo desenvolvimento intelectual, moral e político dos grupos sociais a partir da educação.	GRAMSCI, 1978 WILLIAMS, 1977
PROJETO POLÍTICO DO ATOR	Conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes atores envolvidos com uma política.	DAGNINO, 2016

PROJETO POLÍTICO E CULTURAL	Os projetos políticos não se reduzem a estratégias de atuação política, mas veiculam matrizes culturais mais amplas e transformam o repertório cultural da sociedade. Cultura não é uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas; é um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades. O que implica que as relações de poder entre os atores não possam ser compreendidas sem conhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados.	DAGNINO, 2016
RESISTÊNCIA SOCIOTÉCNICA	Ressalta a noção de que o conhecimento tecnocientífico é a consequência de uma tentativa – quando bem-sucedida – de um ator social de alterar um processo de trabalho para alcançar algum objetivo do seu interesse.	DAGNINO, 2019
TECNOCIÊNCIA	Decorrencia cognitiva da ação de um ator social sobre um processo de trabalho, no qual, em geral, atuam também outros atores sociais que se relacionam com artefatos, visando, também em geral, à produção de bens e serviços.	DAGNINO, 2019
TECNOCIÊNCIA CAPITALISTA	É interpretada como uma fusão entre ciência e tecnologia e considerada como uma característica do estágio de desenvolvimento desse modo de produção, ou do neoliberalismo.	DAGNINO, 2019
TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA	Decorrencia cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário).	DAGNINO, 2019
TECNOLOGIA SOCIAL	Todo produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado. Na versão que ficou difundida no público não especializado e especializado, tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reapplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformações social.	DAGNINO, 2019
TEORIA DO ATOR REDE	Os agentes sociais nunca estão localizados unicamente em corpos, mas, ao contrário, um ator é uma rede moldada por relações heterogêneas, ou um efeito produzido por esse tipo de rede.	LATOUR, 2000

Quadro 4 – Glossário – Conceitos Básicos Para Entender as Relações Entre Tecnociência Solidária e Economia Solidária. Fonte: Sistematizado pela equipe.

## CONCLUSÕES

### Tecnociência e extensão-residência solidária (para quem e para quê?)



Figura 14: Fonte<sup>21</sup>

A novidade era o máximo  
Do paradoxo  
Estendido na areia  
Alguns a desejar  
Seus beijos de deusa  
Outros a desejar  
Seu rabo pra ceia  
Oh! Mundo tão desigual  
Tudo é tão desigual  
[...]

Oh! De um lado este carnaval  
Do outro a fome total.

Gilberto Gil

Na América Latina, o lugar prioritário de atuação de projetos universitários de extensão com residência no território (ERT) exige fomento institucional, sensibilização práxis-teórica, ampliação da concepção sobre ciência, tecnologia e sociedade, além da imersão dos pesquisadores, estudantes e técnicos especialistas. Imersão, é claro, junto das camadas sociais populares e dos trabalhadores empregados e desempregados – condição que passa a ser uma chave de acesso às demandas locais.

Em geral, essa proximidade da universidade não é uma questão física, pois isso faz também a polícia, os políticos, os órgãos de administração pública, os bancos etc., quando

<sup>21</sup>Desenhos, colagens, aquarela e acrílico de Paulo Andrade, Brasília, 2018. Integra uma série de trabalho baseados em leitura de "Assim Falou Zaratustra", de Friedrich Nietzsche, intitulada "O Eterno Retorno", do artista plástico Paulo Andrade. Compõe-se de trabalhos realizados entre 1982 e 2016, resultando de colagens de cartões postais, de imagens da web e realizadas em tamanho 37cm X 55 cm com serigrafias, desenhos, aquarelas, acrílico, finalmente impressas em 2018 em Fine Art Print sobre papel Canson Rag Photographic 310gr. Paulo Andrade (Minas Gerais, 1953) é desenhista, pintor, designer gráfico e consultor em Comunicação Visual, tendo exposto suas obras individual e coletivamente em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia, Washington D.C., Nova Iorque, Costa Rica. Trabalhou em diversos jornais, revistas e editoras na Capital Federal. É autodidata.

procuram se fixar no território. Vale lembrar o termo “educação bancária”<sup>22</sup>. Ela exige proximidade, mas significa que o professor vê o aluno como um banco no qual deposita o seu conhecimento. Na prática, quer dizer que o aluno é como um cofre vazio em que o professor acrescenta fórmulas, letras e conhecimento científico até enriquecer o aluno.

Nesse sentido, métodos e abordagens da própria extensão (que se aproximam da educação bancária) devem ser problematizados, pois a extensão convencional tem como pressuposto propedêutico (de iniciação nos conteúdos mínimos) aplicar aprendizagem para, então, fazer o conteúdo se converter em formação para o trabalho. Só depois é que envolve geração de renda.

Tal sequência propedêutica, colocada pela extensão convencional, se depara com territórios marcados por relações de dominação e subordinação, resistência e luta dos sujeitos sociais em constante vulnerabilidade. Tal sequência formal não é viável para a universidade atuar junto às camadas populares. Se o objetivo é desenvolver formas próprias de fortalecimento das cadeias de bens e serviços sob a instituição de associações e cooperativas solidárias (portanto, distintas da economia de empresas capitalistas), o caminho não pode ser a educação bancária.

A precariedade das nossas camadas populares exige escapar da educação bancária e adotar uma reviravolta cognitiva das nossas concepções e práticas sobre *para quem e para que* a produção científica está dirigida. Em outras palavras, exige o **reprojetamento do processo de investigação (RPI)** que se dá num contexto de convivência no dia a dia com as demandas colocadas pela reprodução social das camadas populares.

O RPI – base propedêutica da ERT – está ligada, sem separações ou descontinuidades, à reprodução social de grupos focais, segmentos por recorte étnico, relações de vizinhança, gênero, identidades e ancestralidades dos povos indígenas, afro-brasileiros e sua confluência interétnica com a sociedade dos brancos das classes proprietárias e detentoras dos meios tecnológicos de reprodução social.

O RPI, portanto, exige um currículo e agendas de pesquisa com esses perfis, alimentados por demandas de segmentos historicamente relegados dos seus direitos de cidadania, abandonados em suas necessidades, conhecimentos e práticas; tornam-se sujeitos vulnerabilizados e abandonados pelo sistema dominante. Diante de uma dinâmica

<sup>22</sup>Estes termos – educação bancária e educação problematizadora – são discutidos em “Pedagogia do Oprimido”, obra de Paulo Freire, de 1968. Trata-se de contribuição geminal para a pedagogia contemporânea; Freire estava no exílio no Chile quando concluiu o livro, após perseguição pela ditadura militar. Saiu publicado no Brasil em 1974. Em 2016, “Pedagogia do Oprimido” é colocada como a terceira mais citada por pesquisadores em todo o planeta (70 mil citações, de acordo com a Escola de Economia, Ciência e Política de Londres); Open Syllabus: única obra brasileira figurante da lista dos 100 livros mais requisitados por universidades. V. [www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/01/o-que-sao-a-educacao-bancaria-e-a-libertadora-formuladas-por-p-freire.htm?cmpid=copiaecola](http://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/01/o-que-sao-a-educacao-bancaria-e-a-libertadora-formuladas-por-p-freire.htm?cmpid=copiaecola)

opressiva contra as camadas populares, conduzida pelo aparelho policial e de violência institucionalizada, a concepção da ERT exposta neste capítulo questiona a base da orientação propedêutica da extensão convencional.

Em seu lugar, propõe formar, aprender e se reproduzir com os segmentos antes descritos das classes trabalhadoras (fora do circuito formal de assalariamento e subordinação ao capital, e cujas formas de sobrevivência para o trabalho e rendimentos estão marcadas historicamente por exclusão de todo tipo em três circuitos populares da economia, detalhados neste capítulo).

Pelos dados aqui apresentados, as condições de moradia, alimentação, transporte, urbanização e de todos os aspectos que envolvem a reprodução social das camadas populares, têm seguido um padrão que mistura opressão social, políticas repressivas políticas e a formação de mercados consumidores cujo tecido das trocas entre os circuitos populares da economia é capturado pelas grandes empresas.

Respostas políticas contra essa situação não são claramente identificadas como tal, mas se relacionam com movimentos e organizações de base que buscam, com muita dificuldade, assessoria técnica e orientação administrativa e legal, econômica e político-organizativa para alterar o contexto socioeconômico desfavorável que cerca os três circuitos do mercado de trabalho popular (apresentados na primeira seção deste capítulo). Todos esses coletivos – em geral indivíduos e coletivos familiares calejados pelo sacrifício laboral, mas com conhecimento do entorno e das condições práticas para obtenção de renda – exigem o acesso a meios de produção (insumos, crédito, máquinas e equipamentos, conhecimento de mercados, fomento etc.).

Falar de acesso aos meios de produção pode parecer um chavão, mas no sentido marxiano do termo é rigorosamente do que se trata. Essa demanda aparece de diferentes formas em cada um dos três segmentos. Equipamentos e dispositivos são valorizados como meio de produção e de vida (veículos, motores, tecnologia de dados, computadores, bens e máquinas, matérias-primas): eles são parte das carências que sofrem os integrantes desses segmentos econômicos nas localidades.

Uma pesquisa não pode ser disciplinar, porque, se o for, cada um dos campos profissionais envolvidos fará leituras parciais ou segmentadas, sem se orientar pelos problemas definidos pelos próprios atores em negociação com a universidade.

As demandas transformadas em problemas de pesquisa se convertem em objetos de pesquisa tecnocientífica solidária a partir da ética de uma política epistemológica comprometida com os historicamente excluídos. Vale lembrar que os métodos e abordagens multiprofissionais – e a orientação interdisciplinar para problemas práticos das grandes

empresas, corporações e monopólios – já fazem parte do arsenal de armas da tecnociência a serviço dos mercados do capital.

Trata-se de realizar a superação desse impulso para a dominação comercial e para a guerra da tecnociência ortodoxa do Hemisfério Norte, por meio do reprojeto do processo de investigação através da interdisciplinaridade. Quem primeiramente colocou urgência na crítica à ciência positivista, ao especialismo e aos especialistas foram as forças das ciências sociais e humanas, que sempre apontaram para o risco do tecnocratismo (governo dominado pelos executivos, gerentes e tecnólogos, atualmente mediante a intensificação das trocas via internet no que está sendo tratado como capitalismo de plataforma<sup>23</sup>).

As descrições e dados, informações históricas e trajetórias do movimento pela economia solidária ao longo dos anos 2000 e 2016 – em paralelo à construção de uma plataforma de lançamento que ganhou nacionalmente identidade como “tecnologia social” – pressupõe a interdisciplinaridade para o reprojeto do processo de investigação (RPI) trabalhar com esses segmentos sociais nos seus territórios.

A RPI desafia a sociedade a reconceituar, reanalisar e repropor outros recortes empíricos, o paradigma da extensão linear ofertista (ELO), a fim de superar o mito na concepção tradicional de progresso que orienta os fundamentos da universidade. O que é a ELO? A concepção hegemônica de funcionamento da universidade pressupõe que a pesquisa é considerada precursora, e alimenta o ensino e a extensão.

Em consequência, a pesquisa confere determinadas características e orienta as últimas. Ensina-se na academia, e via de regra também na educação básica, exclusivamente aqueles conhecimentos que são resultantes da pesquisa realizada anteriormente. Estende-se – mediante a extensão – conhecimentos não demandados por demandas envolvidas nos problemas dos contextos em que incide a extensão:

Estendem-se valores subsumidos nos aparatos técnicos, incompatíveis com os valores, com as práticas desse contexto. Dagnino denomina essa extensão ofertista<sup>24</sup>. Estendem-se conhecimentos/valores/práticas comprometidos com a maximização do lucro privado, comprometendo a relevância social da universidade. Em síntese estendem-se modelos de sociedade (AULER, 2021, p. 159).

A essa noção de extensão ofertista, podemos agregar a ideia de sua aceitação acrítica ou linear pela política de extensão tradicional. Nela encontramos subjacente o mito do progresso, que está fortemente incrustado na concepção tradicional de produção

<sup>23</sup>CASANOVA, Pablo. As Novas Ciências e as Humanidades. Da Academia à Política. 1a. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.  
<sup>24</sup>DAGNINO, 2010.

científica. Entre a maioria dos nossos pesquisadores na universidade, predomina a convicção de que o desenvolvimento científico (DC) é imprescindível porque ele produz desenvolvimento tecnológico (DT). Este por sua vez, é gerador do desenvolvimento econômico (DE), o qual vai ampliar e melhorar as possibilidades da sociedade ter acesso a melhores produtos e serviços. Portanto, será a partir desse desenvolvimento econômico que a ciência e a tecnologia chegarão a criar desenvolvimento social (DS).

Esta concepção pode ser assim representada:

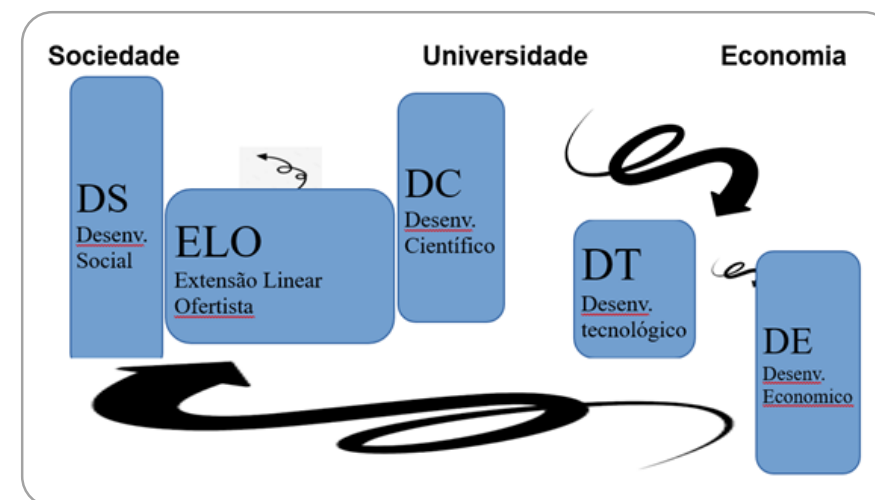


Figura 15: Representação das bases da ELO: desenvolvimento científico (DC) determina desenvolvimento tecnológico, que gera desenvolvimento econômico, o qual cria riquezas que resultarão em desenvolvimento social (DS). Fonte: (FREIRE, 1977; AULER, 2021: 158-164; DAGNINO, 2010)

A maioria dos abnegados e valiosos colegas na universidade que se dedicam a somar suas pesquisas com a extensão (um terço, talvez até menos, dependendo da área disciplinar e da universidade) adotam a ELO. Seja porque possuem uma visão crítica parcial do papel da universidade, seja porque não dão um passo mais ousado em admitir o lado mítico do progresso da ciência e da tecnologia em sua conexão determinista com o desenvolvimento econômico e social, seja ainda porque acham que assim estão destacando de modo figurativo a validade das verbas direcionadas para educação, ciência e tecnologia.

A esse esquema da extensão tradicional, contrapõe-se a noção contraintuitiva de que as conexões entre DC – DT – DE – DS, em vez de serem lineares, apresentam uma complexidade marcada pelas constatações dos estudos CTS – ciência, tecnologia e sociedade. Ciência e tecnologia são construções com a cara dos valores da sociedade que a produz.

Ou seja, a construção social da ciência se dá assumindo valores que são sobredeterminados. Os valores, em si científicos, permanecem, mas a eles são amalgamados – sem costuras ou possibilidade de separação e distinção – com outras camadas de valores (de classe social, viés étnicos, de gênero, de território, de interesses extracientíficos de toda ordem, idiossincrasias pessoais dos pesquisadores e seus coletivos)<sup>25</sup>.

As conexões entre DC – DT – DE – DS adquirem e são orientadas pela complexidade própria do seu entorno na sociedade. Casos como os das microempresas de tecnologia nascidas em incubadoras de empresas controladas – pela ideia de lucratividade da inovação tecnológica –, ou startups, serão influenciadas no contexto de seus projetos pelas condições de reprodução do capital nos segmentos ou cadeias em que a inovação tem promessa de ser convertida em mercadoria<sup>26</sup>.

No caso dos projetos tecnocientíficos solidários, que levam em conta as condições de reprodução social das camadas populares e dos trabalhadores, situação análoga ocorre com sinal trocado: as unidades familiares e trabalhadores estão sempre transitando entre as formas de subordinação ao setor formal/núcleo capitalista assalariado e nos circuitos populares da economia.

O problema científico é o mesmo. A partir de decisões políticas coerentes de fomento à tecnociência solidária, poderão ser criadas as infraestruturas para gerar possibilidades ampliadas de bem-estar, conforto, segurança sociocultural e identidades locais e regionais. Esses são resultados de um processo que começa com as decisões políticas mais amplas, determinantes nesses casos – tal como ocorreu com o paradigma das *startups* emulado no Brasil pela legislação e pelas regulamentações criadas entre 1999 e 2015.

Os ambientes populares de circulação de valores comunitários realizam trocas compensatórias, trocas econômicas por relações de reciprocidade, laços familiares e de vizinhança, numa dinâmica de economia solidária, pois dependem fortemente do trabalho associado espontâneo.

Se ele passar a ser organizado, fomentado ou emulado pela extensão universitária como empreendimento econômico solidário, haverá uma relação de simetria na política universitária brasileira. Simetria interna, de fato, na política de extensão para residência com tecnociência solidária, diante do enorme montante de recursos e infraestruturas, fomento a editais e pessoal no campo da incubação de soluções no paradigma *startu* p. Há, portanto, dois paradigmas: um hegemônico, e outro contra-hegemônico. O segundo envolve

<sup>25</sup>A propósito, vide NEDER, R.T. *A gambiarra e o panóptico. Ensaio sobre a moralidade da tecnologia.* Marília/SP: Ed. Lutas Anticapital, 2019.

<sup>26</sup>V. NEDER, R.T. e MORAES, R. *Para onde vai a universidade diante da política de ciência e tecnologia no Brasil?*. Campinas/Uberlândia: Ed. Navegando, 2017.

formação de redes e cadeias de bens e serviços por meio de associações e cooperativas regidas pelos EES.

Com base nos dados aqui apresentados, conclui-se que o Estado brasileiro – submetido aos interesses empresariais de todo tipo – tem dificultado ao máximo os esforços para surgimento e amadurecimento de políticas públicas e comunitárias vinculadas aos EES. A propósito, a maioria dos países do núcleo capitalista do hemisfério norte apresenta de 20% a 25% de seu tecido econômico formado por redes e cadeias complexas de economia social, economia comunitária, setor sem fins lucrativos, economia das cooperativas e associações de produtores e serviços que não estejam subordinados formalmente ao núcleo duro das empresas capitalistas; esse tecido é um amortecedor para evitar que grandes contingentes da PIA sejam lançados na pobreza, miséria ou abandono econômico absoluto.

Retomando o tema da nova extensão, para vencer essas resistências, a ERT estabelece uma relação de conflito e, ao mesmo tempo, de continuidade e cooperação com a política de extensão tradicional tipo ELO. Conflito porque exige que a extensão-residência seja colocada em prática paralelamente aos esforços atuais de oficialização das práticas de extensão no currículo universitário.

Cooperação porque essa base de reconhecimento da extensão, em geral, abrirá as portas para propostas mais estruturadas de ação da universidade com as comunidades, e sobretudo permitirá a abertura de políticas públicas-laboratório.

Políticas públicas-laboratório são a matriz institucional aplicada para atrair os pesquisadores da universidade a realizar o que a extensão tradicional não consegue fazer. A dinâmica da extensão convencional enfrenta resistências de integração em diferentes campos especialistas, sobretudo porque o formato institucional de premiação, estímulo e atribuição de pontos na carreira universitária para quem faz extensão é baseada em autoria pessoal.

O fomento das políticas de extensão das reitorias das IFES no Brasil premia o docente que faz extensão sozinho na universidade (1 pesquisador = 1 projeto), o que não agrega nenhum benefício ao público-alvo, principal beneficiário.

Como gerar um espaço institucional para integrar pesquisadores das exatas com sociais e ciências da terra, combinada com a ação da assistência social e das humanidades? Há diversas modalidades de fomento interdisciplinar favoráveis a realizar programas e projetos de extensão continuada. Mobilizar equipes multiprofissionais e interdisciplinares – na sua concepção de raiz – equivale a des-compartmentalizar os projetos. Seus desafios estruturantes nascem das comunidades, dos movimentos. Para a universidade sair do

lugar-comum e avançar entre lideranças e movimentos sociais, sindicais e formas de reivindicação por soluções no âmbito da tecnociência solidária, é preciso ter pesquisadores de todas as áreas, superando a visão da ELO.

A ELO – quando frequentada por tecnólogos, engenheiros, arquitetos, profissionais da gestão pública e privada, profissionais das ciências sociais e humanidades em geral – oscila entre uma atitude fatalista de neutralidade e outra de extrativismo de dados e informações, que comporão os trabalhos científicos cuja linguagem ficará inacessível aos entrevistados e objeto de pesquisa. O quadro a seguir apresenta uma síntese das diferenças de abordagem entre ELO e ERT:

ASPECTOS DO MODO DE OPERAÇÃO TÍPICO	ELO EXTENSÃO LINEAR OFERTISTA	REPROJETAMENTO/ERT EXTENSÃO RESIDÊNCIA NO TERRITÓRIO
Postura geral do projeto	Extração de dados e informações sem devolver os resultados em uma linguagem acessível aos sujeitos e interessados finais.	Coaprendizagem e coprodução de dados e informações associadas, com previsão de metodologia devolutiva que trabalha a linguagem do grupo mobilizado.
Tipo de relacionamento com o público alvo	Visitas esporádicas para aplicar questionários, verificar dados, confirmar ou ratificar informações.	A vivência dos pesquisadores se dá em regimes mistos de extensão e residência no mesmo território
Cronograma do projeto	Projetos de curto prazo (1 a 2 anos).	Projetos de médio a longo prazo (até 10 anos).
Base heurística do projeto (caminhos críticos teórico-metodológicos)	Metodologias de projeto variadas, orientadas para relação sujeito x objeto; pesquisa clínica; projetos de intervenção (administrativa); pesquisa operacional.	Diferentes metodologias abertas e interação com os sujeitos sociais; pesquisa-ação, pesquisa-participante; pesquisa por imersão e vivência; extensão-residência (com estágio vivencial).
Modo de devolução dos resultados do projeto	Publicação/divulgação de TCC, dissertação de mestrado, doutorado ou relatório técnico final de acesso restrito aos pares e ao agente financiador; desenvolvimento de aplicativos que geram patentes ou direitos de propriedade intelectual; registro de produtos ou serviços que se aplicam à formação de pequenos e médios negócios; interesses últimos orientados pela maximização de lucros.	Microplanos e microprojetos de ação local; planejamento FOFO (participativo estratégico); oficinas regulares de devolução para grupos organizados (grupos focais); página na internet, aplicativo disponível para acesso em tempo real dos beneficiários; publicação na universidade: TCC, dissertação de mestrado, doutorado ou relatório técnico final com acesso restrito.
Fundamento político epistêmico	Separação entre concepção e execução; procura soluções para questões locais a partir de conhecimentos concebidos e produzidos sob demanda de uma agenda internacional.	Busca superar ou eliminar a distância entre os que concebem (pensam e pesquisam) e os que executam (praticantes e beneficiários finais); o ponto de partida deixa de ser a tecnociência convencional (DC e DT), e em seu lugar buscam-se soluções a partir de conhecimentos já disponíveis (AST – Adequação Sociotécnica).
Vínculo com o desenvolvimento tecnológico	Utiliza, implícita ou explicitamente – aceitando seus pressupostos de forma direta ou indireta – a tecnociência no modelo linear de extensão (DC-DT-DE-DS).	Adota a perspectiva da tecnociência solidária: soluções e matrizes de problemas definidos pelas comunidades passam a ser o ponto de partida para gerar problemas de pesquisa e extensão passíveis de desenvolvimento com base em conhecimentos já adquiridos (AST).

Quadro 5 – Fonte: elaboração do autor

O surgimento do movimento ERT na universidade brasileira nos anos 2000 se dá no contexto da convergência entre (i) os estudos CTS e PLACTS – Pensamento Latino-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade – e (ii) o momento histórico em que são buscadas políticas públicas-laboratório de formatação de múltiplas ações setoriais, para incidi-las sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES).

Essa convergência – truncada pelo golpe de 2016 – é fundamental, conforme visto ao longo deste capítulo. Primeiramente porque é ela que mobiliza a capacidade, a energia e o potencial de agência dos protagonistas de movimentos que postulam soluções que nem o capital nem as políticas de estado, sozinhas, podem oferecer às vastas maiorias das classes trabalhadoras, nas comunidades urbanas e locais, em municípios metropolitanos (33% dos 5.800) e nos demais que são maioria no Brasil, no campo e nas cidades menores e médias.

Uma política pública para os EES representa diversidade, inventividade, multiplicidade e improvisação de soluções a partir de vivências fragmentadas dos sujeitos. E nem poderia ser diferente! Para isso, o reprojeto do processo de investigação (RPI) junto das camadas sociais populares e dos trabalhadores é de suma importância. Vale recordar que a base teórico-metodológica desse reprojeto é derivada da noção freiriana dos temas geradores. E como são produzidos os temas geradores?

Para Freire (1987), os temas geradores resultam de um processo de investigação-redução temática construído em cinco etapas, *pari passu*, entre pesquisadores e sujeitos sociais:

a) levantamento preliminar: trata-se do reconhecimento com detalhes das condições do território social, cultural, político, organizativo, econômico e de acesso a meios técnicos por meio de fontes secundárias e conversas informais com indivíduos variados, portanto é uma primeira aproximação para uma coleta de dados;

b) análise de situações, escolha de codificações que encerram contradições vividas e preparação das codificações que serão apresentadas na próxima etapa;

c) diálogos decodificadores: os pesquisadores voltam ao local para os diálogos decodificadores, sendo que – ao longo dessa vivência – obtêm os temas geradores;

d) redução temática: consiste na elaboração do programa a ser desenvolvido para aplicação, na 5ª etapa. A partir de uma imersão do

trabalho de equipe interdisciplinar, são identificados e selecionados conhecimentos necessários à compreensão contextualizada dos temas identificados na etapa anterior;

e) trabalho em laboratório e sala de aula: somente após as quatro etapas anteriores de investigação com o programa estabelecido e o material didático preparado, ocorre o trabalho didático e de formulação da estratégia da investigação e das suas consequências para os sujeitos. Trata-se, portanto, da aplicação do RPI a partir deste quadro das cinco etapas.

Ambientes onde vivem os segmentos precarizados, cujos trabalhadores são terceirizados, temporários e vinculados ao trabalho para reprodução social das famílias, vão exigir estratégias de intervenção próprias a cada segmento. Para tanto, os grupos de pesquisadores precisam estar abertos para o *modus vivendi* nesse ambiente – que opera entre o caos da resistência e a luta pelos direitos contra a exploração cotidiana; resignação e revolta entre milhões de pessoas devido ao abandono e ao não reconhecimento governamental das suas existências social, cultural, política e econômica.

Simultaneamente, RPI significa também estabelecer mediações – políticas, econômicas, financeiras, tecnológicas e sociotécnicas – com esses segmentos mais pauperizados e precarizados das classes trabalhadoras, em geral com poucos anos de escolarização para aumentar a capacidade de agência em busca de independência e autonomia, com autogestão e trabalho associado. Trabalho de extrema relevância é distinguir filantropia – nova ou antiga – de intervenção de pesquisa, pois grande parte dessas comunidades é vítima da violência estatal e é privada pelo lado do capital, que a impede de legalizar os circuitos populares da economia para não disputar as compras do Estado.

Parte minoritária das classes trabalhadoras precarizadas consegue, a duras penas, achar nichos e brechas para adquirir bens e serviços, abrir seu negócio e operar máquinas – agora que o capital financeiro descobriu o potencial dessa economia de plataforma via aplicativos invasivos nos celulares. Esses segmentos se convertem em uma rede com milhares de distribuidores ambulantes e precarizados de mercadorias sob o padrão imposto pelo capital. Ao fazê-lo, esses segmentos se tornam mais obedientes e fiéis às cadeias de PME atacadistas e semiatacadistas – pequenas e microempresas que, por sua vez, vivem esmagadas pela concorrência intercapitalista mantida pelas grandes empresas atacadistas. O sistema cobra seu acesso à tecnologias que lhe proporcionam uniformização

e padronização, além de proteção fiscal, creditícia e acesso legal às compras do Estado, cujos editais são escritos para privilegiar as formas “legais” de empreendimentos, lançando na ilegalidade todas as demais.

Essa padronização de bens e serviços está implícita, por sua vez, como forma de captura das cadeias de produção e serviços populares, que são comuns nas cidades e no campo. O povão, submetido a salários e formas de remuneração aviltadas pela inflação, adquire produtos industrializados de qualidade deplorável, baratos por unidade, desde os biscoitos, leites, massas e temperos até roupas e bens de consumo duráveis que integram a cesta de bens de salário. Todos – e tudo – nos circuitos populares são convertidos, como regra universal, em mercadoria-força de trabalho e mercadoria-consumidores.

Nada escapa a essa lógica do capital, e quando não viabiliza essa operação de pronto, cria condições de caos ao promover a invasão desses territórios por meio da compra de ativos imobiliários (terrenos e prédios nas zonas periféricas como reserva de valor futuro) e pela aquisição de ativos correntes (pequenas redes de mercados locais que operam como PMEs, mais valorizadas pelas grandes redes).

Tal mercantilização é promovida como forma de criar um mercado local de consumo pelo hábito no qual a fidelização – e a falta de alternativas – os torna compradores, como consumidores finais ou intermediários. Essa ampliação, contudo, encontra bloqueios e barragens. Seu movimento é regido por duas forças contraditórias:

a) Um movimento leva, necessariamente, ao desemprego, precarização do acesso à renda monetária, à fome nas famílias e à desestruturação de circuitos populares tradicionais não subordinados ao capital – tal como foi imposta pela crise econômica de retração dos investimentos do Estado, e mediante a destruição, em 2016, da rede de proteção social do Bolsa Família e do sistema tripartite de seguridade social;

b) O segundo movimento contraditório é sua abrangência entre os circuitos populares da economia: os incluídos são apenas uma parte ínfima das 70 milhões de pessoas. Diante de uma PIA de 180 milhões e de um setor assalariado formal que oscila de 30 a 40 milhões entre as crises, restam 140 milhões, dos quais metade compõe a complexidade dos circuitos populares da economia.

Em sua esmagadora maioria, os empreendimentos populares são – na escala de milhões – núcleos familiares que reúnem condições favoráveis para sobreviver a esse padrão de destruição e uniformização dos mercadores de produtos e serviços, mão de



obra e matérias-primas. Elas oscilam entre a precarização e carência de acesso a recursos creditícios e tecnológicos, e o perigo constante de pauperismo e miséria.

Por fim, vale enfatizar que os circuitos populares da economia necessitam do orçamento do Estado e da superação das barreiras de acesso dos empreendimentos econômicos solidários a quatro recursos:

- soluções de crédito e regulação fiscal;
- soluções de previdência;
- forte e decisiva normalização trabalhista;
- mercado institucional de compras do Estado.

Essas quatro frentes de resistência e luta orientam as possibilidades de contribuição de uma nova extensão-residência e de seu corolário – a postura de trabalhar interdisciplinarmente com a RPI, que significa colocar a universidade para realizar as mediações necessárias a fim de impedir que a uniformização, regulada pelo capital, continue gerando a destruição periódica das condições de sobrevivência dos diversos segmentos populares e lançando milhões na bacia das almas de um mercado de trabalho contraposto entre trabalho de o trabalho de especuladores financeiros e banqueiros do país, com altos salários e os postos de trabalho de quase 100 milhões de pessoas cuja maior riqueza reside na sua força de trabalho.

Diante das crises de produção impostas pelo neoliberalismo, com a destruição de mercados de trabalho, produção e circulação e a precarização das relações laborais e trabalhistas, resta ao povo a luta pela autonomia e compreensão das contradições vividas pelas camadas populares.

A economia solidária é uma parte da economia real dos circuitos populares da economia. Os conhecimentos e saberes – junto das características demandadas pelos movimentos para colocar em prática tal imersão na interdisciplinaridade – tornam-se uma exigência da época, tanto pelas necessidades de barateamento das assessorias sociotécnicas (equipes integradas), quanto pelo desenvolvimento de soluções de coaprendizagem e coprodução entre (i) o movimento sindical e movimentos sociais (comunitários, étnicos, indígenas, desempregados); (ii) pesquisadores e pessoal técnico e científico em geral, inclusive e sobretudo os de TICs. Há um novo horizonte chamado plataforma digital para o cooperativismo solidário.

Uma solução tecnológica que se avizinha se dá por meio da tecnociência solidária aplicada em plataforma digital controlada pela autogestão dos trabalhadores, com apoio de

pesquisadores e lideranças populares ao assumir o caráter sociotécnico. Como tal, ela se aproxima de outros trabalhadores com a humildade de quem vai aprender.

Os especialistas populares são valiosos para mediar e fazer uma integração multiprofissional dos pesquisadores da universidade; o Brasil não tem a experiência de atuar em equipes interdisciplinares, pois está compartimentalizado em áreas e departamentos profissionais.

As duas dimensões – os projetos interdisciplinares integrando especialistas e o desenvolvimento do cooperativismo de plataforma, autogerido por associações e cooperativas – podem contribuir para retirar milhões de famílias tanto do desemprego estrutural (devido à mudanças tecnológicas) quanto do desemprego por insuficiência de investimentos públicos e privados.

Essa é a exigência histórica da universidade no Brasil na atualidade. Não se trata de postular algo que a universidade não sabe fazer (gerar empregos), mas o que sabe: criar bases cognitivas e propedêuticas de pesquisa-extensão com residência a fim de possibilitar uma base teórica para convergir a atenção das áreas especialistas, conjugadas em torno de problemas sociais que geram problemas de pesquisa, com a busca de conhecimento e soluções para as mazelas do desemprego estrutural e conjuntural.

Essas duas dimensões necessitam ser convergidas e articuladas a partir de uma constatação contraintuitiva. O setor privado não está mais interessado em ampliar a qualificação e a capacitação da força de trabalho no atual estágio de capitalismo tardio no Brasil (exceção aos contingentes já escolarizados que entram no sistema S). Sua característica é combinar crescimento – quando de fato ocorre – sem gerar novos postos de trabalho. Trata-se de superar o mal-entendido de senso comum do setor privado e de gestores públicos, afetos a usar o poder de compra do Estado apenas com empresas do setor formal. É fundamental insistir no fato de que empreendimentos sociais e solidários (EES) são ambientes de incubação para futuras cooperativas e associações que poderão enriquecer o tecido econômico como um todo. Como fazê-lo com os recursos da tecnociência solidária da plataforma digital?

\* \* \*

Nas últimas décadas, e particularmente nos últimos anos, tem impregnado o imaginário de boa parte da sociedade, incluindo uma parcela das instituições e dos próprios trabalhadores, a ideia de que mudanças como Economia 4.0 nas empresas têm alterado a natureza das relações de trabalho, levando a considerações acerca do próprio assalariamento, como se este estivesse em declínio.

Para Filgueiras (2022):

as empresas que se identificam como “aplicativos” e “plataformas” são a atual coqueluche que radicalizou essa narrativa, afirmando que os trabalhadores não são seus empregados, mas seus clientes. É nessa esteira que difundem o argumento de que os trabalhadores têm autonomia, liberdade e flexibilidade para definir onde, como e quando prestar os serviços (FILGUEIRAS, 2022a)

1. Trata-se de um cenário desprovido de base empírica, mas que muitas vezes é assumida, ainda que parcialmente, até mesmo por quem critica as péssimas condições de trabalho nos “aplicativos”. A retórica empresarial induz à confusão, desinformação e posições contraditórias por boa parte das instituições – incluindo a academia – e dos trabalhadores. Ainda é comum ler e ouvir as seguintes justificativas para que os trabalhadores de “aplicativos” não tenham seus direitos trabalhistas reconhecidos (via CLT):

- a. “Estariamos tratando de novas relações de trabalho que não se enquadram no emprego”;
- b. Os trabalhadores (ou “empreendedores”) têm mais autonomia, flexibilidade e/ou renda sem CLT;
- c. A legislação do trabalho no Brasil é precária, não garante boas condições de trabalho;
- d. Os trabalhadores de “aplicativo” não gostariam de ter o vínculo de emprego reconhecido, e isso deve ser respeitado.

2. Esses argumentos não se sustentam, entre outras razões porque as relações entre trabalhadores e “aplicativos” são flagrantemente assalariadas, marcadas por completa subordinação que beira a tirania. São empresas como quaisquer outras, mas que usam, dentre outros instrumentos, uma ferramenta tecnológica (a plataforma/aplicativo) para gerir a produção e o trabalho. Os aplicativos, uma vez privatizados, servem como ferramenta de dominação entre indivíduos, e ela tende a ser tanto mais brutal quanto menor for o papel do direito do trabalho.

3. Os trabalhadores de “aplicativos” têm renda menor, jornadas mais extensas e menos tempo de descanso, e enfrentam maior despotismo dos patrões em comparação aos trabalhadores com carteira assinada.

4. De fato, a CLT é precária, mas ela prevê condições superiores àquelas vividas por esses trabalhadores – portanto, pior sem ela –, e é apenas um ponto de partida da disputa, um patamar mínimo a partir do qual lutar. Sobre o último argumento, é preciso refletir um pouco sobre o que está implícito na sua afirmação. Há pontos fundamentais para questionar essa suposta opção de trabalhadores por não ter direitos, e o principal deles é a exigência de não renúncia (de direitos) como fundamento do próprio direito do trabalho, sem a qual os limites à exploração tendem a desaparecer, já que o “não querer” dos trabalhadores é promovido pela coerção do mercado de trabalho. Para entender o caso concreto dos “aplicativos”, é necessário ter em mente a massificação dos discursos de mercado e interesses comerciais em diversos níveis, a exemplo da campanha de uma empresa que disseminou mentiras para desmobilizar as reivindicações de seus entregadores” (FILGUEIRAS, 2022a).

Por fim, as afirmações retóricas dos empresários sobre supostas transformações nas relações de trabalho não são novas, e tampouco apresentam diferenças. Terceirização, cooperativas, parcerias e empresas “compradoras” foram apresentadas como fenômenos diferentes do que são como estratégia de legitimação, e já causaram muitos estragos ao redor do mundo. Como o campo do trabalho não tem enfrentado as premissas dessas estratégias do capital, elas vão sendo radicalizadas.

Um pressuposto para uma luta que seja mais efetiva, para o campo do trabalho, é não tomar pela aparência o discurso patronal. E, no caso concreto do conteúdo das relações

de trabalho, não se assume que as empresas estão efetivamente se afastando da gestão do trabalho. Pelo contrário, elas buscam aprofundar novas formas, por aplicativos, de controlar os trabalhadores, e usam a retórica do afastamento precisamente para reduzir as chances de limitação da exploração.

Outra hipótese decorrente da anterior é o fato de que os circuitos populares da economia (como chamamos aqui) são em número considerável no Brasil atualmente, em torno de pouco mais da metade da População em Idade Ativa (PIA de 180 milhões). Tratam-se de contingentes consideráveis que não têm perspectiva de emprego (com ou sem plataformas) e, portanto, sua condição demanda política pública de dimensões consideráveis, pois se tratam de contingentes que têm presença contínua como circuitos populares. São segmentos que não podem ser tratados como se fossem “residuais” na economia, já que ela é uma só, e a precarização faz parte de vantagens auferidas pelo setor formal.

O desempenho econômico dos circuitos populares da economia, por sua vez, é gerador de ocupação, trabalho e renda. Daí a importância de se explorar um cenário a partir do qual o cooperativismo de plataforma possa ser instrumento de mobilidade social e inclusão socioeconômica de segmentos aqui nomeados e conceituados em seis cadeias de geração de bens e serviços.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO DA CIDADANIA: **Fotos históricas**: desde nossa fundação. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/galeria-de-fotos>. Acesso em: 10 ago. 2021.

AULER, Décio. **Comunicação ou coprodução e coaprendizagem**: diálogo com a obra *Extensão ou Comunicação?* Curitiba: Appis, 2021.

BITELMAN, M. F. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil**: Os casos de São Paulo e Osasco. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), FGV, São Paulo.

BRASIL, MROSC – **Lei 13.019/2014**. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Secretaria de Governo da Presidência da República; Brasília: Presidência da República, 2016.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias**: redes na construção das ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). 2012. xi, 444 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DAGNINO, Renato. “Uma estória sobre ciência e tecnologia, ou começando pela extensão universitária”. In: Renato Dagnino *et al.* **Estudos Sociais da ciência e da tecnologia & política de ciência e tecnologia: alternativas para uma nova América Latina**. Campina Grande: Eduerp. 2010 (p p. 293-324).

DAGNINO, R; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. “Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social”. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência Solidária: um manual estratégico**. Lutas Anticapital. Marília, 2019.

DAGNINO, R. THOMAS, H.; DAVYT, A. **El pensamiento en ciencia tecnología y sociedad en latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria**. REDES 7. 1996. p. 2-27.

FEENBERG, A. "O que é filosofia da tecnologia?" *In*: NEDER, Ricardo Toledo (org.) **A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, Poder e Tecnologia**. Brasília: Ed. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Escola de Altos Estudos da CAPES/CDS-UnB. 2013:49-96.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 3 mai. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 28a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1987

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HERRERA, A. **Ciencia y Política en América Latina**. México: Siglo XXI, 1975.

\_\_\_\_\_. "Los Determinantes Sociales de la Política Científica en América Latina" *In*: SABATO, J. (comp). **El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia – tecnología – desarrollo – dependencia**. Buenos Aires: Paidós, 1975.

HERRERA, A. *et al.*. "O Planejamento da Ciência e Tecnologia na América Latina: elementos para um novo marco de referência" *In*: **Ciência Tecnologia e Desenvolvimento**, n. 2, Brasília, CNPq/UNESCO, 1983.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ampliação da Participação na Gestão Pública**. Um estudo sobre conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2011. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**. Como seguir cientistas e engenheiros mundo afora. São Paulo: Edunesp, 2000.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Campinas, SP, Brasil, 2002.

LIMA, Débora De Boni. **Cidades saudáveis – relação da visão ecossistêmica da saúde coletiva e o saneamento ambiental: o caso da Estrutural**. Monografia Reabilita, Brasília, 2017.

NEDER, Ricardo T. **Rede sociotécnica e inovação social para sustentabilidade das Águas Urbanas (um estudo sobre os bloqueios à difusão do novo paradigma da qualidade para inovação sociotécnica por meio da governança democrática de comitês de bacia hidrográfica no Brasil)**. São Paulo: Ed. Malhuh/FAPESP, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia Social como pluralismo tecnológico**. Brasília. Portal Rede de Tecnologia Social – RTS. 10, novembro, 2008b.

\_\_\_\_\_. "As relações estado e sociedade civil diante da nova economia solidária no Brasil (qual governança e controlabilidade?)" *In*: **Revista Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. No. 39 2009a. ( p. 63-73)

\_\_\_\_\_. **Três grupos de significantes da tecnologia (social): implicações para o interacionismo**. Colóquio de Tecnologias na Educação sobre Formação de Professores. Cátedra da Unesco, UnB, novembro 2009b. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/artigos-sobre-tics-na-educacao/tres-grupos-de-significantes-da-tecnologia-social-implicacoes-para-o-interacionismo>. Acesso em: 10 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Em defesa de uma política científica e tecnológica com economia solidária**. Revista Ciência & Tecnologia Social. UnB. volume 1 – número 1 – julho de 2011.

\_\_\_\_\_. O que (nos) quer dizer a teoria crítica da tecnologia? *In*: NEDER, Ricardo Toledo (org.) **A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, Poder e Tecnologia**. Brasília: Ed. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Escola de Altos Estudos da CAPES/CDS-UnB. Issn 2175-2478 no. 3. 2013. (p p. 7-24).

\_\_\_\_\_. **CTS – Ciência, Tecnologia, Sociedade para a Construção da Agroecologia**. Brasília: Ed. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Escola de Altos Estudos da CAPES/UNB. ISSN 2175-2478 no. 7. 2014.

\_\_\_\_\_. Estudos CTS e educação. Por um novo regime de controvérsia científica Apresentação. **Linhas Críticas**, 21(45), p. 265–274. 2015a.

\_\_\_\_\_. A prática da adequação sociotécnica entre o campesinato: educação, ciência e tecnologia social. **Linhas Críticas**, 21(45), 357–381. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai a Universidade diante da política de ciência e tecnologia no Brasil?**. Brasília: Ed. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Escola de Altos Estudos da CAPES/UnB.no. 8. 2017

\_\_\_\_\_. **Produção social de tecnologia, desigualdade e a nova sociologia da tecnologia**. Revista Ciência & Tecnologia Social. v. 3 n. 1 (2017) p. 1-12.

\_\_\_\_\_. Interacionismo sociotécnico e antimetodologia nas ITCPs como agências. *In*: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Org.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

\_\_\_\_\_. **A gambiarra e o panóptico**. Ensaios sobre a moralidade da tecnologia. Marília/SP: Ed.Lutas Anticapital, 2019.

NEDER, R. T. e MORAES, R. **Para onde vai a universidade diante da política de ciência e tecnologia no Brasil?**. Campinas/Uberlândia: Ed. Navegando. 2017.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Plataform labour in search of value**. A study of worker's organizing practices and business models in the digital economy. Genebra. OIT. 2021 Disponível em: [https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/publications/WCMS\\_809250/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/publications/WCMS_809250/lang--en/index.htm). Acesso em: 10 jul. 2021.

OIT BRASIL. **Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios** / editado Armand Pereira, em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana – 1 ed. Brasília: OIT, 2001.

CARTA DA TERRA BRASIL. **Carta da Terra**. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/texto-da-carta-da-terra.html>. Acesso em: 3 ago. 2021.

PORTAL RIO +20: construindo a cúpula da dos povos Rio +20. **A economia que precisamos: declaração do movimento de economia social e solidária à Rio +20**. Disponível em: <http://rio20.net/pt-br/propuestas/a-economia-que-precisamos-declaracao-do-movimento-de-economia-social-e-solidaria-a-rio20/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L. M. *et al.*. **Panorama da economia solidária no Brasil**. A Sustentabilidade da Economia Solidária: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina-UEL, p. 33-61, 2012.

SABATO, J. (org). **El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia – tecnología – desarrollo – dependencia**. Buenos Aires: Paidós, 1975. pp 345-349.

SANTOS, Milton. **O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI**, São Paulo: Record, 2001.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**. Contestando a economia do compartilhamento corporativa. Trad. e coment. Rafael Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Ed. Elefante/Autonomia Literária 2016.

SINGER, p. **Economia Solidária**. Entrevista. ESTUDOS AVANÇADOS USP 22 (62) 2008 (pág. 284-314).

SINGER, p. "Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego" *In*: **Mercado de Trabalho: conjuntura & análise**, 39, Brasília: Ipea/MTE, p p. 43-48, 2009.

SOUZA, Clóvis *et al.*. **Ampliação da Participação na Gestão Pública um estudo sobre Conferências Nacionais realizadas entre 2003 e 2011.** Relatório de Pesquisa, Ipea, 2013.

TAUILLE, R. **Economia Solidária.** Autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. Mercado de Trabalho, conjuntura e análise. IPEA/MTE 28, ano 10: set., 2005.

\_\_\_\_\_. **Do socialismo de mercado à economia solidária.** Trabalho submetido ao seminário internacional Teorias de Desenvolvimento no Novo Século. Junho, 2001 (mimeo).

TRAGTENBERG, M. **Administração, Poder e Ideologia.** São Paulo: Cortez Ed. 1989.

THOMAS, H. **Tecnologías sociales y ciudadanía socio-técnica.** Notas para la construcción de la matriz material de un futuro viable. Revista Ciência e Tecnologia Social. CTS. No. 1.

VARSAVSKY, O. A. **Ciencia, política y cientificismo.** Buenos Aires: Centro Ed. de America Latina, 1975.

WALLERSTEIN, I.; BARRETO, J. F.; SILVA, A. M. O. R. "A reestruturação capitalista e o sistema mundial" *In: Perspectivas: Revista de ciências sociais.* V. 20/21, 1997/1998. p. 249 - 267. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unes.p.br/perspectivas/article/view/2069>. Acesso em: 5 fev. 2020.

## Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade - CTS

### Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica

## Educação Freiriana e Cultura do Trabalho



### Capítulo 02

### Autores:

Raquel de Almeida Moraes | Ana Luiza Aureliano Silva | Laiane Tavares de Rezende  
Antonio Carlos de Mello Rosa | Yasmim Whitney Moura Benjamin  
Valmor Cerqueira Pazos

